

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação



TCC/UNICAMP
Si38e
FE

Daniele Monique Ortiz de Silva

**Educação e inclusão de pessoas deficientes:
formação profissional do pedagogo na
Universidade Estadual de Campinas**

Campinas
2009

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

0889060000

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Daniele Monique Ortiz de Silva

**Educação e inclusão de pessoas deficientes:
formação profissional do pedagogo na
Universidade Estadual de Campinas**

Monografia apresentada para a conclusão do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Sílvio Sánchez Gamboa.

Campinas
2009

UNICAMP - FE - DEBILITADOS

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA	TCC
	Si38e
V:	EX:
Tombo:	4212
PROC.:	148/09
C:	D: X
PREÇO:	11,00
DATA:	14/10/09
CÓD TÍTULO:	467122

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Si38e Silva, Daniele Monique Ortiz de
Educação e inclusão de pessoas deficientes : formação profissional do pedagogo na Universidade Estadual de Campinas / Daniele Monique Ortiz de Silva. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador : Silvio Ancisar Sanchez Gamboa.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação especial. 2. Deficiência. 3. Formação de professores. I. Sanchez Gamboa, Silvio Ancisar. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

09-190-BFE

Agradecimentos

Este trabalho contou com a colaboração de muitas pessoas, às quais expresso meus verdadeiros agradecimentos.

Agradeço primeiramente a Deus, por ter permitido a realização de mais um dos meus sonhos.

Aos meus pais, Renata e Paulo, pela dedicação, compreensão, respeito e por permitirem a concretização dessa graduação.

A minha irmã, Gabriele; meus tios Regina e Antonio Carlos; minha prima Juliana; minha avó Wanda e minha tia-avó Wilma, pelos incentivos e por me acolherem nas horas em que precisei de apoio.

A minha amiga Patricia e as outras pessoas que também contribuíram, realizando correções e sugestões para a elaboração desse trabalho.

Ao meu orientador Professor Doutor Silvio Sánchez Gamboa, pela confiança, dedicação e auxílio técnico na elaboração e desenvolvimento dessa monografia.

Agradeço do fundo do meu coração, a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram e acreditaram na realização deste trabalho.

Resumo

Esta pesquisa teve a intenção de verificar o que está sendo transmitido aos educadores para se evitar a rotulação e não diminuir as expectativas dos seus alunos. Constatou-se a necessidade de avaliar esta disciplina “Fundamentos da educação especial”, uma vez que este é o único momento reservado, oficialmente para o tema de educação especial da grade curricular.

A realização desse trabalho baseou-se numa entrevista com a Prof^a. Dr^a. Maria Márcia Sigríst Malavasi, atual suplente da coordenadora do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp. E na aplicação de dois questionários, a um mesmo grupo de alunos, um no início e outro no final da disciplina, com a finalidade de comparar as respostas do início do curso com as do final e diagnosticar se houve ou não mudanças nos conceitos.

O conceito de deficiência parte de um princípio cultural, uma vez que cada sociedade cria determinados conceitos. Ao pretender que a escola seja inclusiva, é preciso que a educação reconheça e valorize as diferenças. Entender que é fundamental ensinar aos alunos com necessidades especiais não só os conhecimentos científicos, mas principalmente a interagir com outras concepções de vida, indivíduos que agem e são diferentes do seu meio familiar.

“A criança não aprenderá sozinha sem o auxílio do professor, mas este exercerá um papel importante no processo ensino-aprendizagem, uma vez que dele dependerá elaborar uma atividade e criar ambientes onde a criança sinta-se desafiada a buscar as respostas para seus questionamentos, pois nesta interação, a criança estará desenvolvendo-se afetiva- cognitiva e moralmente.” (FREGOLENE)¹

¹ FREGOLENE, G. *Centro de educação especial “Egydio Pedreschi”*: condições para criação de um espaço construtivista de educação. Tese de mestrado da Unicamp, 1997.

Lista de Ilustrações

Tabela 1: Dados pessoais do primeiro questionário.....	32
Gráfico 1 : Primeiro questionário: primeira pergunta.....	34
Gráfico 2: Primeiro questionário: segunda pergunta.....	36
Gráfico 3: Primeiro questionário: terceira pergunta.....	37
Gráfico 4: Primeiro questionário: quarta pergunta.....	39
Tabela 2: Dados pessoais do segundo questionário.....	39
Gráfico 5: Segundo questionário: primeira pergunta.....	41
Gráfico 6: Segundo questionário: segunda pergunta.....	43
Gráfico 7: Segundo questionário: terceira pergunta.....	44
Gráfico 8: Alteração do significado da palavra “especial”, após a disciplina.....	47
Gráfico 9: Alteração do significado da palavra “deficiência”, após a disciplina.....	48

Sumário

Introdução.....	2
Capítulo I. História e algumas diretrizes da Educação Especial	
1.1- Educação especial no mundo.....	4
1.2- Educação especial no Brasil.....	6
1.3- Deficiência como patologia.....	11
1.4- Paradigma da inclusão.....	14
1.5- Aprendizagem do aluno X Formação do professor.....	17
Capítulo II. Organização e resultados da pesquisa	
2.1- Contexto da pesquisa: educação especial na Faculdade de Educação da Unicamp.....	21
2.2- Justificativas da pesquisa.....	24
2.3- A organização da pesquisa.....	27
2.4- Principais procedimentos da pesquisa.....	30
2.5- Principais resultados.....	31
2.5.1- Primeiro questionário.....	32
2.5.2- Segundo questionário.....	39
Capítulo III. Análise e discussão dos resultados	
3.1- Análise de dados	46
3.2- Discussão dos resultados	49
3.2.1- Pedagogia na Unicamp.....	50
3.2.2- Formação ideal.....	50
Conclusão.....	52
Referências	53
Anexos:	
- Primeiro questionário	58
- Segundo questionário	60
- Resumo da entrevista com uma representante da Coordenação do Curso de Pedagogia objeto do estudo.....	62

Introdução

Uma antiga lenda grega conta sobre um homem poderoso chamado Procusto, apelido que significa "o esticador", cujo verdadeiro nome era Damastes. Ele era um soberano de um pequeno reino que se situava no caminho para a Grécia, onde os viajantes se hospedavam freqüentemente.

O hóspede era recebido como príncipe, túnicas primorosamente talhadas, vinhos especiais, tudo era feito visando seu bem estar. Para agradar ainda mais, o rei resolveu criar uma cama perfeita, onde o visitante poderia descansar e se refazer da viagem.

Depois de anos de estudos e experimentos, o rei julgou ter chegado às medidas e proporções ideais, e construiu um leito, no qual um homem ideal encaixaria-se em perfeita "harmonia". À noite, Procusto ordenava a seus serviçais que "auxiliassem" o hóspede a adequar-se ao leito, esticando-o ou cortando os "excessos" de seu corpo, e infelizmente, poucos sobreviviam à sua hospitalidade e boas intenções.

Essa lenda mostra a idéia de "normalização", ou seja, aproximar-se do pré-estabelecido, do saudável, da perfeição, do chamado normal. Esta é uma interpretação bastante generalizada do conceito de inclusão.

Entretanto, essa interpretação precisa ser superada, quando utilizada no contexto dos processos educativos e da construção de uma sociedade democrática que supere todas as formas de exclusão.

No debate atual sobre os processos educativos que buscam a realização da inclusão como projeto histórico, visando ao desenvolvimento da sociedade democrática, destacamos algumas afirmações que tomaremos como referências iniciais neste trabalho acadêmico sobre a problemática da formação do educador para atender essas exigências.

A educação inclusiva não representa a mera aceitação dos alunos na escola com suas diferenças, mas a valorização da diversidade como uma condição humana e coloca para educação o desafio de avançar no processo de educação de qualidade para todos. (DUTRA, 2005, pp. 14)

Educação inclusiva corresponde à democratização do ensino, e não somente para a educação especial. O respeito às dificuldades individuais no processo de ensino deve-se ser com todos, e não apenas com os educandos com deficiências mais explícitas (deficiências visuais, mentais, auditivas).

Para construir uma sociedade com mais justiça social, a escola deve incentivar o educando a exigir seus direitos, ser crítico e a valorizar e respeitar os outros até mesmo o que são portadores de necessidades especiais. A formação dos professores é essencial para que isso aconteça, pois esses profissionais são os principais agentes para promover tal situação de igualdade, justiça social. Como diz o poeta chinês Kuan Tseu¹:

Se teus projetos têm prazo de um ano, semeia trigo. Se teus projetos têm prazo de dez anos, planta árvores frutíferas. Se teus projetos têm prazo de um século, então educa o povo.

Visando à perspectiva desse projeto de longo prazo e destacando a educação como a estratégia da sua realização, e ainda, questionando sobre os agentes dessa realização, os educadores, retomamos a tradicional de pergunta Marx: “quem educa o educador?”² Como é educado o educador para atender os desafios da inclusão de pessoas deficientes? Na tentativa de encontrar respostas a essa questão, indagamos como uma universidade pública, situada no estado de São Paulo, realiza essa formação.

Esta pesquisa não tem a intenção de discutir sobre a inclusão ou não de pessoas deficientes na escola, e sim, analisar através de uma disciplina, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), como está sendo a preparação dos novos educadores, para atuarem na área de educação especial.

A discussão dessa problemática e das respostas encontradas são apresentadas neste trabalho, organizado em três capítulos: no primeiro a história e algumas diretrizes da educação especial; no segundo capítulo apresentamos a organização e os resultados da pesquisa e no terceiro capítulo discutiremos os resultados e apresentaremos as considerações relacionadas com as respostas obtidas.

O trabalho ainda contém referências utilizadas e anexos destacando roteiros e transcrição de entrevista.

Esperamos que este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aponte indicadores sobre a problemática da formação do educador para atender as necessidades históricas da inclusão social de pessoas com deficiências, uma das condições para a construção uma sociedade mais democrática, projeto de sociedade que se situa como desafio para as instituições formadoras dos educadores, como é o caso da Faculdade de Educação da Unicamp.

¹ CORES, C. I. *A criatividade do professor em situação de inclusão escolar*. Tese de mestrado da Universidade de Brasília, 2006. Site: http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_arquivos/45/TDE-2007-01-19T134853Z-609/Publico/cristina_imbuzeiro.pdf. Acesso em 05/10/08.

² Cfr. Marx, K.

Capítulo I

História e algumas diretrizes da Educação Especial

A inclusão de pessoas com deficiência está cada dia mais presente na sociedade, nas ruas, nos meios de transportes, em vagas de emprego, nas escolas e entre outros. No entanto, durante a história da sociedade brasileira essas pessoas com deficiências explícitas sofreram discriminações. Elas não eram aceitas pela sociedade e sofriam diversos tipos de preconceitos.

O mundo em que os deficientes têm direito de viver é o das ruas, avenidas, escolas, universidades, fábricas, lojas, escritórios, prédios, serviços públicos, enfim, todos os lugares onde as pessoas estão, vão, vivem, trabalham e se divertem. (TENBROEK apud DINIZ, 2007, pp. 76)

Este primeiro capítulo dedicaremos a relembrar a história da educação especial no contexto mundial e particularmente no Brasil, uma breve apresentação para compreender as transformações ocorridas na sociedade.

1.1. Educação especial no mundo

Os primeiros grupos humanos não deixaram indícios de como se comportavam em relação às pessoas com deficiências, provavelmente devido o ambiente hostil o qual viviam não sobreviviam.

O Egito Antigo considerava que a deficiência era provocada por “maus espíritos”. A nobreza, os faraós, os sacerdotes e os guerreiros recebiam tratamentos, enquanto que os demais serviam como atrações em circos ou eram usados em estudos e treinamentos de cirurgias.

A civilização hebraica também acreditava que a deficiência era devido à interferência de “maus espíritos”, uma indicadora de impureza. O mesmo pode ser observado na Grécia e em Roma, havia uma grande valorização do corpo belo e forte, aqueles que possuíam deformidades eram marginalizados ou até mesmo eliminados.

O Cristianismo surgiu e começa a combater as práticas de eliminação dos filhos nascidos com deficiência, esta doutrina trouxe a idéia de caridade e amor entre as

peessoas. Os cristãos foram perseguidos, mas mesmo assim alteraram as concepções romanas e construíram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiências.

A Idade Média é marcada por precárias condições de vida e de saúde das pessoas, devido o fim do Império Romano e a queda de Constantinopla. A deficiência é encarada, neste período, como uma atuação do demônio e de “maus espíritos”, os supersticiosos acreditavam em poderes especiais de bruxas e de feiticeiros.

Na Idade Moderna, século XV sofre influência do Humanismo, nesta época ocorre a valorização da educação para pessoas surdas, até o momento as preocupações que existiam era com os cegos, com o nanismo e com os deficientes físicos.

Em meados do século XVII, houve grande desenvolvimento no atendimento às pessoas com deficiência em hospitais. Estas instituições ofereciam atendimento em ortopedia para os mutilados das guerras e para pessoas cegas e surdas.

Devido à influência da filosofia humanista e o advento da Revolução Industrial e a Revolução Francesa, no século XVIII a concepção de deficiência começa a ser entendida como uma variação do normal, não é mais entendida como um castigo de Deus.

Essa idéia concretiza-se no século XIX, nota-se que os deficientes não só precisam de hospitais e abrigos, mas de atenção especializada e esta idéia é aceita. Neste período iniciam-se os estudos de cada deficiência, pessoas organizam-se para reabilitar os feridos no trabalho e difundiram-se os orfanatos, os asilos e os lares para crianças com deficiência física.

O século XX trouxe mais avanços importantes para as pessoas com deficiência, através do aperfeiçoamento dos instrumentos já criados como a cadeira de roda, ensino de surdos e cegos e percebeu-se a necessidade dessas pessoas com deficiência participarem do cotidiano, integrar-se à sociedade.

Após as duas Grandes Guerras Mundiais havia um elevado número de indivíduos mutilados, pessoas surdas, cegas. A população precisava de tratamento médico e reabilitação, principalmente os adultos e os jovens, pois são os trabalhadores, aqueles que geram dinheiro para a nação.

Surge na década de 1960, no Reino Unido, o modelo social cuja idéia era que a deficiência não ficasse somente sob os cuidados dos saberes biomédicos (médicos, psicológicos e reabilitação), mas também que fosse entendida com um problema social.

Em torno do modelo social cria-se, na década de 1970, a Upias (The Union of the Physically Impaired Against Segregation), uma das primeiras organizações de deficientes com objetivos prioritariamente políticos, e não apenas assistenciais como ocorria até o momento.

O objetivo dessa instituição era questionar a concepção tradicional de deficiência através de uma estratégia provocativa “(...) tirava do indivíduo a responsabilidade pela opressão experimentada pelos deficientes e a transferia para a incapacidade social em prever e incorporar a diversidade.” (DINIZ, 2007, pp. 15)

Os médicos associam a deficiência à perda de certos órgãos ou funções, ou seja, o modelo médico identifica a pessoa deficiente como sendo alguém com algum tipo de inadequação para a sociedade. Enquanto que o modelo social define deficiência como sendo a inadaptação da sociedade para a inclusão de todos, sem exceção.

No fim da década de 1990, as feministas iniciam uma luta para que os deficientes fossem independentes. Elas destacaram que a deficiência é uma discussão que deveria estar em todos os movimentos sociais igualitários e não limitado aos movimentos de deficientes, uma vez que a deficiência envolvia outras desigualdades como raça, gênero, orientação sexual ou idade.

Buscam-se alternativas para a inclusão de todos na sociedade, através calçadas, ruas, meios de transporte adaptados, no entanto o maior problema está na mudança cultural das pessoas para aprenderem a respeitar os outros e entenderem que todos possuem dificuldades e limites.

1.2. Educação especial no Brasil

A educação é garantida pela Constituição da República Brasileira e o Estado é encarregado de assegurar o ensino básico universal a todos, sendo esse obrigatório e gratuito, ou seja, todas as crianças até mesmo as com deficiências têm direito a freqüentar a escola, considerado um espaço de civilização e de normalização.

Houve a necessidade de criar locais específicos (instituições especiais) e métodos para controlar e disciplinar as crianças que apresentavam alguma alteração para acompanhar os conteúdos escolares.

É válido recordar que “antes da instituição especial, só existiam as instituições como a prisão, o hospital e os manicômios que aparecem como espaços para normalizar, reabilitar e

recuperar delinqüentes, doentes e loucos". (FOUCAULT apud RAMPELOTTO, 2004, pp.56)

No Brasil, segunda metade do século XIX, por insistência do Imperador Dom Pedro II para seguir o movimento europeu, cria-se o Imperial Instituto de Meninos Cegos (atualmente de Instituto Benjamin Constant – IBC/RJ) encarregado da educação de deficientes visuais.

Três anos depois criou o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (denominado atualmente de Instituto Nacional da Educação de Surdos – INES/RJ) que passou a atender pessoas surdas do país, a maioria abandonada pelas famílias.

Os primeiros cursos para a formação de profissionais na área de educação especial eram intensivos que reuniam professores de vários estados, cuja carga horária variava muito e eram oferecidos em nível médio (especialização de segundo grau).

O governo do Estado de São Paulo autorizou em 1955, por meio de um decreto, o funcionamento de um Curso de Especialização, com duração de um ano, para o Ensino de Cegos no Instituto Caetano de Campos, o primeiro curso regular de formação de professores para a Educação Especial, na cidade de São Paulo.

A formação de professores especializados demonstrava duas tendências distintas: a educacional e a clínica ou médico-pedagógico. A educacional caracterizava-se na especialização para o ensino de deficientes visuais e auditivos, enquanto que a outra tendência caracterizava-se pela especialização para os deficientes físicos e mentais.

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, criado em 1966 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, decretou que:

Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direitos, sem discriminação alguma, a igual proteção da lei. A este respeito, a lei deverá proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação. (ABRANCHES,2000, pp. 74)

Durante a década de 60 o governo federal preocupou-se com o atendimento educacional de deficientes, mas com a Deliberação 15/71, os cursos de especialização ou aperfeiçoamento de nível do segundo grau foram extintos. Isso ocorreu porque houve

uma revalorização da educação, um reconhecimento de que a Educação Especial requer não só de recursos técnicos, mas de fundamentação teórica para refletir sobre sua ação e ter clareza sobre suas decisões.

A partir de 1972, passava a ser obrigatória a formação em nível superior para os professores de Educação Especial que atuavam na rede regular, porém em muitos estados esta formação não ocorreu, existe muita divergência entre o que é previsto em lei e o que ocorre na realidade das escolas.

O Brasil nesse momento histórico encontrava-se no período da ditadura (1964-1985), ou seja, o planejamento educacional sofreu intervenção técnica e política. O governo utilizou os Planos Setoriais de Educação e Cultura para:

(...) tornar o sistema escolar, cada vez mais, uma organização burocrática, permitir ao Estado um controle sobre a educação para adequá-la ao projeto econômico, descaracterizando-o como atividade humana específica e submetendo-o a uma avaliação, cujo critério é a produtividade, no sentido que lhe atribui a sociedade capitalista. (FÉLIX apud SOUZA, s/ d, pp.2)

O planejamento educacional efetivou-se em três níveis distintos. O primeiro plano ocorreu durante o governo Médici e, os dois últimos, nos governos Geisel e Figueiredo. O presidente Médici, no I Plano Setorial de Educação e Cultura, criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) e implementou os Núcleos de Aprendizagem e Atividades Profissionais (NAAPS), destinados a preparar os adolescentes deficientes mentais para o trabalho.

Este momento da história permitiu que o II Plano Setorial de Educação e Cultura, gestão de Geisel (1976-1980), continua-se oferecendo prioridades para a educação dos portadores de deficiência. No III Plano Educacional, mandato de João Figueiredo (1980-1986), houve um avanço, a preocupação era com incentivo à profissionalização do deficiente, oferecer cursos para que participarem do mercado de trabalho.

Ressaltando que em 1975, a ONU (Organizações das Nações Unidas) elabora o documento “Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes”, criando o AIPD (Ano Internacional da Pessoa Deficiente).

No mandato de José Sarney (1986-1990) criou-se, no Ministério de Educação (MEC), a Secretaria de Educação Especial (SEESP). O CENESP foi extinto e instituiu-

se a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), cujo objetivo era oferecer apoio às pessoas portadoras de deficiência e integração social.

Em 1988 é oficializado, através do artigo 208 da Constituição Federal, que os portadores de deficiências devem ser educados preferencialmente na rede regular de ensino. Afirma-se, também, que a educação é um direito público e subjetivo, permitindo o direito ao acesso de todos os níveis de ensino e pesquisa, segundo a capacidade de cada um.

No governo de Fernando Collor (1990-1992) extingue-se a SEESP e a educação especial passou a ser administrada pela Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB). Porém em 1992, com o *empitchman* do presidente, a SEESP retorna.

O ano seguinte foi marcado pela valorização da educação especial. O MEC assume os compromissos de programas e ações, promovendo uma discussão nacional sobre a organização e elaboração da Política Nacional de Educação Especial.

O resultado aconteceu na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em 1994, onde foi elaborado o documento com os princípios políticos e práticas para uma Educação para todos, a Declaração de Salamanca³:

O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, etc. Nas escolas práticas de treinamento de professores, atenção especial deveria ser dada à preparação de todos os professores (...).

(2008, pp. 10)

A Educação Especial obtém seu status e passa a constituir-se como uma interface entre os diferentes níveis e modalidades de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na Lei 9.394/96 apresenta capítulos sobre a educação superior e educação especial e um título sobre os profissionais da educação, a qual se

³ A Declaração de Salamanca trata dos princípios, política e prática em educação especial. É considerado, mundialmente, um dos mais importantes documentos que visam a inclusão social, juntamente com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1988) e da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990).

refere à dois tipos de professores para a atuação com os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais:

- ⇒ Professores com nível superior, capacitados para permitir a inclusão desses alunos em classes comuns.
- ⇒ Professores com especialização para trabalhar individualmente, oferecer um atendimento individualizado.

A diferença entre os professores é que um colabora com a inclusão de alunos com deficiências explícitas em uma classe regular. Enquanto que outro é especialista em uma determinada deficiência para atendê-lo individualmente em um ambiente fora da escola, promovendo um melhor desenvolvimento de seu educando.

Essa segregação ocorre porque os indivíduos que apresentarem maiores dificuldades devem frequentar o ambiente escolar regular, no entanto, eles devem também ter acesso a espaços especializados. O sistema educacional deve estar centrado nos alunos, quaisquer que sejam as suas características ou especificidades.

Ressalto que o *“atendimento fora da sala de aula regular será considerado como recurso extraordinário e temporário, a não ser nos casos que necessitem de atendimento especial contínuo, que poderão ser encaminhados para escolas especiais (públicas ou privadas).”* (LAPLANE, 2006 , pp. 706)

Em 1998 cria-se a chamada Década da Educação, exigindo a formação em nível superior para todos aqueles que forem professores. Aqueles que já atuam na área, têm o prazo de dez anos para concluírem o terceiro grau e isso vem ocorrendo gradativamente.

Em 2000, o Ministério da Educação (MEC) elabora a Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores de Educação Básica em Cursos de nível superior, incentivando a discussão e a reflexão sobre a formação de professores, um processo permanentemente e em desenvolvimento, uma vez que seus alunos são únicos e exigem diferentes situações para desenvolver-se.

O ano de 2002 cria-se a Lei no 10.436, que em seu capítulo II art. 3º garante o ensino de Libras como disciplina obrigatória para o curso superior de Pedagogia.

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e

privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Constituição Brasileira)

1.3. Deficiência como patologia

Através dessa breve apresentação a respeito da história foi possível observar as modificações ocorridas na concepção de educação especial relacionadas com os parâmetros impostos pela sociedade. Este subcapítulo destaca a deficiência vista como patologia.

Em 2002, a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação⁴ propôs a uniformização terminológica e conceitual referentes às necessidades especiais dos alunos, que serão descritas a seguir:

SUPERDOTAÇÃO

Notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados:

- capacidade intelectual geral;*
- aptidão acadêmica específica;*
- pensamento criativo ou produtivo;*
- capacidade de liderança;*
- talento especial para artes;*
- capacidade psicomotora.*

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido. Manifesta-se como:

- surdez leve / moderada: perda auditiva de até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo;*
- surdez severa / profunda: perda auditiva acima de 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir, naturalmente, o código da língua oral. Tal fato faz com que a maioria dos surdos optem pela língua de sinais.*

DEFICIÊNCIA FÍSICA

Variada de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas,

⁴ Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão. vol.4.

neuromusculares e ortopédicas, ou, ainda, de malformações congênitas ou adquiridas.

DEFICIÊNCIA MENTAL

Caracteriza-se por registrar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos:

- comunicação;*
- cuidados pessoais;*
- habilidades sociais;*
- desempenho na família e comunidade;*
- independência na locomoção;*
- saúde e segurança;*
- desempenho escolar;*
- lazer e trabalho.*

DEFICIÊNCIA VISUAL

É a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica. Manifesta-se como:

- cegueira: perda da visão, em ambos os olhos, de menos de 0,1 no melhor olho após correção, ou um campo visual não excedente a 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes de correção. Sob o enfoque educacional, a cegueira representa a perda total ou o resíduo mínimo da visão que leva o indivíduo a necessitar do método Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação;*
- visão reduzida: acuidade visual dentre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após correção máxima. Sob o enfoque educacional, trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos a tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais.*

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

É a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.

É importante ressaltar que as pessoas nem sempre nascem com deficiências físicas, muitos casos são adquiridos durante a vida, pela falta de prevenção. Existem três níveis de prevenção: primária, secundária e terciária.

A primária significa um conjunto de medidas para evitar o aparecimento de uma doença. A vacinação é umas das primeiras prevenções para não adquirirmos doenças tais como: paralisia infantil, rubéola. No entanto, as prevenções mais importantes seriam o saneamento básico, condições de moradia e de alimentação.

A secundária designa o tratamento da doença. É importante um diagnóstico precoce com o acompanhamento rápido, para a cura evitando maiores complicações. Caso isso não ocorra passa-se para a prevenção terciária, a reabilitação. Esta significa a restauração de capacidades perdidas ou o tratamento visando produzir essa restauração, minimizar as perdas que o organismo já obteve.

Do ponto de vista psicológico, quando a deficiência não pode ser evitada, existem várias maneiras de o cuidador contornar a situação, muitas vezes considerada como um problema. Dentre elas, a rejeição recebe destaque maior, e se subdivide em:

- ⇒ Abandono: a pessoa com deficiência não recebe amor, dedicação, tempo, não tem apoio para a superação ou abrandamento das limitações, dos sofrimentos.
- ⇒ Superproteção: neste caso ocorre um deslocamento do centro da relação para o protetor-protagonista, o indivíduo é visto como incapaz, então o outro assume todas as suas atividades, evitando o seu desenvolvimento.
- ⇒ Negação: nesta situação pode ser por atenuação, compensação ou simulação.
 - Atenuação: retira do deficiente a possibilidade de dimensionar as conseqüências da deficiência, se expressa pelas frases “não é grave”, “poderia ser pior”.
 - Compensação: tem como palavra chave “mas”, serve para mascarar a realidade, minimizar o sofrimento real.
 - Simulação: é expressa pela idéia contida no “como se”, por exemplo, ‘É cega, mas é como se não fosse’.

Essa fuga acontece devido à exclusão da sociedade com aqueles que são diferentes dos padrões já pré-estabelecidos. Esta atitude é uma falta de compreensão do ser humano com o seu semelhante, pois cada ser é único e por mais que tentem adaptar-se, nunca serão iguais.

1.4. Paradigma da inclusão

A deficiência não é somente algo que ocorre no nascimento ou com uma enfermidade que alguém contrai, mas é também produzida e mantida por um grupo social na medida em que interpreta e trata como desvantagens. A noção de anormalidade é subjetiva, CANGUILLHEM apud PLATT, define normalidade:

(...) como sendo não um conceito de realidade estatística, mas como um valor da vida por si mesma, uma vez que todos os organismos vivos possuem um grande número de variações. (2004, pp. 17)

Algumas pessoas têm olhos azuis, outros são castanhos ou pretos, diferenças da vida cotidiana, no entanto existem as pessoas que não possuem um braço, são cegas, diferenças marcantes.

Um aluno com miopia também possui uma deficiência, mas esta é solucionada a partir do momento em que utiliza o óculos, ou um aluno que quebrou a perna ficará temporariamente necessitando de maiores cuidados como dificuldade em subir e descer escadas.

O conceito de deficiência parte de um princípio cultural, uma vez que cada sociedade cria determinados conceitos. Então esse conceito sempre está sendo aprimorado e reformulado, como pode ser observado na reconstituição da história no primeiro capítulo. Essas alterações de comportamentos ocorrem devido aos paradigmas dominantes da época. De acordo com MANTOAN, paradigma é:

(...) como um conjunto de regras, normas, crenças, valores, princípios que são partilhados por um mesmo grupo em um dado momento histórico e que norteiam nosso comportamento (...). (2003, pp. 33)

Um dos paradigmas atuais é o da inclusão. No ambiente escolar incentiva-se o processo de socialização, introdução das pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade; e um ensino adequado a todos os estudantes.

Ao pretender que a escola seja inclusiva, é preciso que a educação reconheça e valorize as diferenças. Entender que é fundamental ensinar aos alunos com necessidades

especiais não só os conhecimentos científicos, mas principalmente a interagir com outras concepções de vida, várias etnias, outras religiões, indivíduos que agem e são diferentes do seu meio familiar.

A instituição escolar deve estar voltada para a cidadania global, livre de preconceitos e que encare os alunos, com ou sem deficiência, como seres que pensam, desejam e que também constroem, garantindo assim o desenvolvimento de suas potencialidades e promovendo a socialização.

A inclusão reúne indivíduos de várias culturais em um mesmo ambiente. Esse ambiente diverso permitiu que Marsha Forest, apud MANTOAN, definisse a metáfora da inclusão como sendo um caleidoscópio, pois ele *“precisa de todos os pedaços que o compõem. Quando se retiram pedaços/ dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado.”*(1987, pp. 38)

Cabe ao educador proporcionar, ao educando, a partir dessas diversidades, o respeito sem distinção das condições lingüísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas e socioeconômicas.

Para que isso aconteça é necessário uma formação mínima referente à educação especial aos educadores, para que estes profissionais possam atuar da melhor maneira, promovendo o desenvolvimento desses alunos considerados deficientes⁵.

A inclusão é um processo e se fundamenta em três fatores: o primeiro é a presença do aluno na escola enquanto sujeito de direito, estar na escola, junto aos demais colegas da sua faixa etária e na sua comunidade; o segundo é a participação, o relacionamento livre de preconceito e discriminação, em ambiente acessível para que realmente todos participem das atividades escolares, com um currículo aberto e flexível; o terceiro fator é a construção de conhecimentos, que significa o aluno estar na escola, participando, aprendendo e se desenvolvendo. (DUTRA, 2005, pp. 10)

⁵ A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) 02/2001 Art. 3º- *Consideram-se educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, prioritariamente, aqueles que apresentam superdotação, ou condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, e os portadores de deficiência, ou seja, com significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais de caráter temporário ou permanente e que, em interação com fatores socioambientais, resultam em necessidades educacionais especiais.*

A presença desses educando com deficiência na escola, é devido a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, que garante o acesso e a permanência deles no sistema regular, pois a Educação Especial foi definida como uma modalidade de educação escolar, ou seja, é composta por todas as etapas e níveis de ensino.

A permanência dessas crianças na instituição escolar em todos os níveis de ensino deve ser oferecida através do processo de inclusão. Muitos supõem que a inclusão implica no desaparecimento da diferença ou no fato de colocar alunos “especiais” em salas de aulas regulares, essas idéias não são atitudes inclusivas.

O ato de integrar refere-se a inserir os alunos na escola, no entanto há uma diferença entre, incluir e integrar, pois estas expressões possuem posicionamentos teórico-metodológicos divergentes, modificando assim o processo de inserção.

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. (MANTOAN, 2003, pp. 37)

A integração seleciona os alunos com deficiências explícitas, e eles sofrem um processo de individualização: com currículos adaptados, avaliações especiais, redução de objetivo. Neste caso exigem-se menos dos alunos para aprenderem algo. Neste caso, a escola não muda totalmente, quem faz isso são os próprios alunos, para se adaptarem as exigências da instituição e continuarem seus estudos.

O processo de inclusão é diferente, pois defende que todos os alunos devem frequentar o ensino regular, e não a segregação da sala devida uma dificuldade maior do aluno. A instituição escolar deve ser estruturada para atender as necessidades de todos.

Utilizo a conjugação “deve ser”, pois as escolas estão se adaptando a esse novo paradigma, para permitir aos alunos condições de acesso e de permanência nas classes comuns, não sendo dispensado o atendimento especializado no horário contrário ao da escola. Esse processo implica na reestruturação dos sistemas de ensino, na qualificação (capacitação) dos professores, uma reorganização escolar, essas mudanças que lentamente estão se concretizando.

A inclusão é um processo que nunca termina, pois é mais do que simples estado de mudança, depende de um desenvolvimento organizacional e pedagógico contínuo no sistema de ensino. (MANZINI, 2006, pp. 26)

É importante ressaltar que a educação inclusiva não depende só de questões políticas, ela exige uma ruptura com as culturas elaboradas pelas civilizações, extinguir os preconceitos existentes com as pessoas portadoras de deficiência e compreender que todos possuem seus limites, pois somos seres humanos, e cada um deve ser respeitado, cumprindo os seus deveres e exigindo os seus direitos de igualdade.

Ao defender a igualdade de direitos e a cidadania plena dessas pessoas não se pretende evidentemente que lhes sejam oferecidas as mesmas oportunidades de acesso a escolarização formal ou de acesso ao mercado de trabalho. Propõe-se, sim, que seja assegurado o acesso a serviços de qualidade, capazes de atender as necessidades especiais delas para construir com dignidade e melhor qualidade a sua própria vida. (OMOTE, 2006, pp. 256)

A disciplina “Fundamentos da educação especial”, relacionada à educação especial no currículo de Pedagogia, foi o momento que a Faculdade de Educação proporcionou para oferecer uma formação mínima nessa temática.

Esses momentos reservados visavam discussões sobre esse tema: os tipos de deficiências, exemplos de didáticas que foram positivas para o aprendizado do aluno, as dificuldades encontradas pelos docentes e também colaborar para o educador entender que todos temos dificuldades.

O respeito ou não pelo próximo vai ser ensinado ao aluno através das atitudes exercidas pelo docente. E este primeiramente precisa compreender que cada aluno é um ser único, com dificuldades para determinados assuntos e com facilidade em outros; e refletir sempre sobre suas atitudes, pois em situações corriqueiras podemos estar promovendo o preconceito, e nem notamos.

1.5. Aprendizagens do aluno X Formação do professor

Essa atenção dada às atitudes cotidianas incentiva um aprender constante do professor, a idéia de não ser um mero transmissor de conhecimentos científicos, mas também a de formador de cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres.

Promovendo oportunidades para os seus alunos de modificarem, no futuro, suas condições de vida, o educador colabora para construir uma sociedade mais igualitária.

Nunca um dia será igual ao outro, por mais que realizemos as mesmas tarefas, então por que efetuar uma violência educativa, que obriga a homogeneizar os alunos na aula, a negar as suas singularidades e a tratar os alunos como se todos tivessem as mesmas características. Deseja - se educandos críticos e não meros reprodutores.

Para que essa situação de reprodução não aconteça, o processo de aprendizagem da criança necessita ser diverso, proporcionar a aquisição de novos conhecimentos, entre outros. No entanto, o fator mais importante é o educador.

Este profissional é o elemento fundamental para promover a aprendizagem, pois é ele quem vai proporcionar situações de aprendizagem, ensinar regras, as relações sociais entre todos (alunos, funcionários, professores, entre outros). Então, é necessária uma preocupação com sua preparação.

A criança não aprenderá sozinha sem o auxílio do professor, mas este exercerá um papel importante no processo ensino-aprendizagem, uma vez que dele dependerá elaborar uma atividade e criar ambientes onde a criança sinta-se desafiada a buscar as respostas para seus questionamentos, pois nesta interação, a criança estará desenvolvendo-se afetiva- cognitiva e moralmente. (FREGOLENE, 1997, pp.75.)

Analisemos a seguinte pergunta: “Quem nunca ouviu ou leu a história ‘O patinho feio’?”. Com certeza a maioria das pessoas responderá que conhece ou pelo menos sabe resumir a história. Isso ocorre porque “O patinho feio” é um clássico da literatura infantil, ou seja, alguém, nossos pais, avós e até mesmo a própria escola nós conta.

O livro conta sobre um “patinho” que é excluído, desde o seu nascimento, até mesmo pela sua própria família por ser diferente dos demais “irmãos”, ele afasta-se da granja onde vivia e essa situação de rejeição continua, só acaba quando ele cresce e vira um cisne e começa a viver com seus semelhantes.

Anteriormente havia citado necessidade de o professor refletir sobre suas atitudes, pois estas influenciam seus educandos. E essa história seria um momento apropriado para isso, pois quantas vezes contam-se histórias onde o diferente é valorizado e não discriminado?

Outra situação para pensarmos seria numa sala de aula, na qual possui um elevado número de alunos, o que já dificulta uma aprendizagem individualizada, atendendo as divergências de costumes e efetuando o cronograma da escola. Inclua um aluno portador de necessidades especiais. Ele necessita de cuidados especiais, materiais adequados, alguns professores ficam receosos devido à falta preparação para atuarem com esses alunos chamados de “especiais”.

A presença deste aluno é importante, mas provoca outras dificuldades para este profissional, como não estar preparado emocionalmente para atuar com estas crianças. Durante a graduação os futuros profissionais deveriam ter um contato maior com essas pessoas, ter mais orientação sobre as realidades relacionadas aos deficientes dentro da escola. Essa poderia ser uma maneira de preparar os professores para evitar situações de desconforto, constrangimentos para ambas às partes, implicando até mesmo em atitudes negativas do professor com o aluno.

O discurso do direito a educação, independentemente de gênero, etnia, idade ou classe social garantido pela política nacional é excelente, no entanto deve-se pensar nas mudanças para que isso ocorra:

- ⇒ Reestruturação da escola, permitindo o acesso a todos.
- ⇒ Diminuir a quantidade de alunos na sala de aula.
- ⇒ Materiais adaptados.
- ⇒ Formação adequada para os professores atuarem com os portadores de necessidades especiais.

Esta última mudança, a formação dos professores, é muito importante para construir uma sociedade sem essas exclusões, no entanto, é necessário que os profissionais desta área estejam preparados para lidar com as diferenças. Para evitar tal situação, esse profissional deve:

- ⇒ Entender que sua tarefa é ser facilitador do desenvolvimento dos seus alunos.
- ⇒ Compreender que todos possuem dificuldades, que cada um tem a sua maneira para adquirir um novo conhecimento, e essas diversidades devem ser respeitadas.
- ⇒ Refletir sobre suas atitudes e conceitos para não cometer atos de preconceitos.
- ⇒ Avaliar constantemente suas propostas educacionais, visando sempre o desenvolvimento do aluno.

- ⇒ Valorizar a auto-estima de seus educando.
- ⇒ Conhecimento mínimo das deficiências.

O professor precisa estar consciente da amplitude e também das limitações de seu papel e equacioná-lo às necessidades sociais do mundo moderno, necessita estar consciente que deve oferecer novas situações, desafios para seus alunos a fim de proporcionar-lhes novos conhecimentos, ou seja, ele não faz nascer o conhecimento instruindo segundo fórmulas, mas organiza os instrumentos para que a aprendizagem aconteça.

A docência é uma profissão cada vez mais complexa, orientada por finalidades que, além de nem sempre serem claras, são muitas vezes também retóricas: 'formação integral do indivíduo', 'desenvolvimento das capacidades básicas', 'transmissão do conhecimento', 'ensino de conhecimentos', 'atitudes', 'valores', 'habilidades'(...)" (IBARROLA apud AMARAL, 1998, pp. 72).

Este profissional vem assumindo um número cada vez maior de responsabilidades, pois sua tarefa não se reduz apenas ao domínio cognitivo, pede-se que seja facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador de trabalho em grupo, ou seja, além de ensinar, o professor deve cuidar do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos.

A qualidade do ensino passa a depender da ação do professor: seu jeito de pensar a vida, sua visão de mundo, pela leitura que faz de sociedade, de educação, de ensino e a sua dedicação para exercer uma atividade consciente, procurando cursos para melhorar a sua formação. Todas essas atitudes visam atender às dificuldades reais e às múltiplas tarefas educativas.

A sala de aula não é somente um lugar de ensinar, mas também de aprendizagem para o docente, pois o ensino é uma prática social dependente da interação entre professores e alunos.

Capítulo II

Organização da pesquisa e apresentação de resultados

Este capítulo que apresenta a pesquisa que pretende responder a processo como se forma o educador para responder as necessidades da educação inclusiva de pessoas com deficiência, tomando como referência uma universidade pública do Estado de São Paulo, foi organizado em três partes. A primeira apresenta o contexto empírico da pesquisa, Faculdade de Educação da Unicamp, na segunda parte explicitamos a organização da pesquisa e na terceira, apresentamos os principais resultados.

2.1. Contexto da pesquisa: a educação especial na Faculdade de Educação da Unicamp

A faculdade de educação surge nos anos 70 com o papel fundamental na formação e assessoramento dos professores; e de articulação dos projetos pedagógicos. De acordo com EIDELWEIN *“o enfoque dos cursos propostos na época tinha um caráter tecnicista, isto é, direcionado ao ‘como fazer’ e evitando qualquer forma de análise ou manifestação que levasse a reflexão sobre ‘por que fazer’”*. (2005, pp. 95)

Esta instituição que iniciou suas atividades em 1972, oferecendo inicialmente disciplinas pedagógicas para os cursos de licenciatura. Em 1974 começam as atividades para o curso de graduação em Pedagogia e, só no ano seguinte foi implantado o programa de pós-graduação em Educação.

A formação para essa graduação constituía-se em realizar uma determinada quantia de matérias e depois se escolhia no mínimo uma ou no máximo duas habilitações presentes no currículo.

Os currículos são conjuntos de atividades nucleares desenvolvidas pela escola, organizados de forma disciplinadora (“grade” curricular) e sofrem modificações, de acordo com a cultura vigente e pelo poder dominante.

As primeiras turmas de Pedagogia não possuíam uma habilitação específica para educação especial, essa oportunidade surge em 1989. A partir deste ano os alunos poderiam escolher as seguintes especialidades:

- ⇒ Orientação educacional;
- ⇒ Administração escolar;
- ⇒ Supervisão escolar;
- ⇒ Magistério das matérias pedagógicas do segundo grau;
- ⇒ Especialista em educação pré-escolar;
- ⇒ Formação de professor para educação especial: deficiência mental.

Esta última habilitação tem como propósito visar à formação de educadores para trabalhar com deficientes mentais em estabelecimentos de ensino de primeiro grau, tendo diversas disciplinas, entre elas a disciplina “Fundamentos da educação especial”, a qual é o foco de pesquisa deste trabalho, que só foi inserida no currículo em 1990, como uma matéria do segundo semestre.

Os primeiros formandos dessa graduação acabavam se especializando em um determinado campo educacional. No entanto “(...) *essa habilitação acabava fragmentando muito a formação de um professor que tem que ser uma formação ampla, ele tem que saber, agir e transitar em toda a escola, em todos os espaços formativos da escola, e não só em um.*”⁶

No currículo de 1994 houve uma transformação, as habilitações foram extintas, ou seja, a partir deste ano todos os graduandos seguem um único currículo de quatro anos. E é neste momento que a disciplina “Fundamentos da educação especial” torna-se uma disciplina obrigatória do sexto semestre de acordo com a grade sugerida pela faculdade, no entanto é sempre oferecida no segundo semestre para qualquer pessoa interessada deste que tenha vínculo com a Unicamp.

A matéria inicialmente teve como objetivo o estudo da especificidade do ato pedagógico, nas suas dimensões básicas do saber, do fazer, do ser e as implicações dessa especificidade na dimensão social e política. As conseqüências disso na educação especial e em particular do deficiente mental.

A conclusão dessa graduação, de acordo com o catálogo de 2005 da universidade, anuncia que:

⁶ Entrevista realizada com uma das Coordenadoras do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp.

“O Pedagogo poderá atuar tanto no Magistério como na Administração, Supervisão, Assessoria Pedagógica e Educacional em instituições escolares dos diferentes graus de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio), ou ainda em clínicas especializadas em Educação Especial. O estudante sairá licenciado em Pedagogia com possibilidades de atuação docente nas séries iniciais do ensino fundamental e educação infantil; estudará e pesquisará o trabalho pedagógico nestes níveis de ensino e poderá trabalhar como pedagogo na direção e coordenação do planejamento, execução e avaliação de sistemas escolares e das unidades que os compõem. Seu campo de atuação amplia-se ainda para as instituições não escolares e não formais e ainda para classes/instituições que recebem alunos especiais.”⁷

Em 2008, a grade curricular deste curso sofre novas modificações. O curso passa a ser integral e de quatro anos para o diurno, e de cinco anos para o noturno. Outra mudança que ocorreu foi com a disciplina “Fundamentos da Educação Especial”, ela é retirada da grade curricular e são oferecidas outras duas relacionadas a este tema. A disciplina de “Educação Especial e Inclusão” e a “Educação de Surdos e Língua de Sinais”, oferecidas no sétimo e oitavo semestre para o diurno, e nono e décimo semestre para o noturno respectivamente.

Em entrevista com uma das coordenadoras do curso de Pedagogia foi explicado que na Faculdade de Educação as mudanças, no currículo, aconteceram de uma maneira democrática, através de assembleias abertas, uma vez que qualquer um poderia dar a sua opinião. E depois de vários encontros com discussões construtivas, foram realizados os acordos possíveis para o momento.

Nesta última modificação, nota-se uma valorização com os futuros docentes pela Faculdade de Educação, pois esta se preocupou com a qualidade do ensino, aumentando as horas-aulas, diferentemente de outras instituições que oferecem a graduação em três anos.

O professor precisa ter condições de se desenvolver profissionalmente para assumir com autonomia o comando de seu trabalho, pois só assim poderá oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento de seus alunos, atendendo as suas diferenças culturais, sociais e individuais. (MEC)⁸

⁷ Catálogo da Unicamp. Site

<http://www.dac.unicamp.br/sistemas/catalogos/grad/catalogo2005/index.html>. Acesso em 21/04/09.

⁸ Retirado do documento “Referenciais para a formação de professores”, MEC, 1999.

Essas reformulações curriculares ocorreram para promover uma melhor atuação do profissional, uma formação para os estudantes, mais apropriadas à realidade que eles encontraram nas instituições escolares, principalmente nas escolas públicas. Ressaltando que essas alterações obedecem às exigências políticas.

O novo currículo oferece-se, então para aqueles que concluírem o curso de pedagogia a:

(...) qualificação para o trabalho em instituições educativas para atuar no magistério na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, disciplinas pedagógicas de cursos de formação em nível médio e Educação Especial, na gestão pedagógica e Educacional, no âmbito escolar e institucional. Qualifica também para o trabalho em instituições não-escolares e não-formais. Faz parte dessa formação profissional a experiência investigativa, bem como de reflexão acerca de aspectos políticos e culturais da ação educativa.⁹

2.2. Justificativa da pesquisa

A realização desta pesquisa teve a intenção de analisar a formação acadêmica dos novos professores frente ao atendimento dos portadores de deficiência. Verificar o que está sendo transmitido aos educadores para eles evitarem a rotulação, não diminuïrem as expectativas dos seus alunos, nem limitar suas oportunidades de aprendizados. Perceber se os pedagogos entendem que “*o individuo não é a deficiência, mas que ela apenas faz parte do seu ser.*” (DOMINGUES, 2006, pp. 310)

Esta idéia surgiu porque o Conselho Federal de Educação tornou obrigatória a formação de professores de educação especial dentro da Pedagogia, comprovado no capítulo V, art. 59, parte III da LDB.

Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (DOMINGUES, 2006, pp. 311)

⁹ Catálogo da Unicamp. Site: <http://www.dac.unicamp.br/sistemas/catalogos/grad/catalogo2008/index.html>. Acesso em 21/04/09.

A lei exige uma formação adequada para os professores, então o curso de Pedagogia deve oferecer um conhecimento geral sobre as deficiências (causas, como evitar, suas dificuldades), preparar o educador para atender o seu aluno e promover o seu desenvolvimento.

O professor deve saber tudo sobre um assunto relacionado à sua profissão, assim como os médicos, que independentemente de sua especialidade, devem saber tudo sobre o assunto mais indispensável à sua profissão, como a fisiologia.

A partir do momento que o educador deseja um saber mais intenso a respeito de alguma deficiência em particular, este deve realizar um curso de especialização, pois a graduação deve oferecer conhecimentos gerais sobre o assunto.

Professores especialistas também devem tratar seus alunos como seres humanos únicos, oferecer um aprendizado desafiador e funcional, aumentar a auto-estima. De acordo com ALMEIDA serem preparados para:

- ⇒ Refletir sobre os determinantes filosóficos, políticos, pedagógicos, históricos e legais da educação especial.
- ⇒ Desenvolver práticas pedagógicas diversificadas, cooperativas, centradas na aprendizagem e nos níveis de desenvolvimento dos alunos.
- ⇒ Avaliar continuamente os processos de desenvolvimento e aprendizagem, a fim de identificar necessidades educacionais especiais dos alunos avisando o seu atendimento.
- ⇒ Implementar flexibilização/adaptações em qualquer dimensão curricular, demandadas pelas necessidades educacionais especiais.
- ⇒ Dar respostas educativas que permitam aos alunos desenvolver conceitos, habilidades, atitudes e valores nas áreas de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e em Ciências Humanas.
- ⇒ Todos os professores devem se preocupar com a aprendizagem e diferenças individuais de seus alunos; com suas estratégias instrucionais e seus ambientes de aprendizagem; com a melhor forma de comunicar com seus alunos; com a avaliação contínua, pois é nela que ele vai buscar o seu planejamento; com a prática profissional dentro de princípios éticos e estarem sempre dispostos a colaborar.

O Conselho da Criança Excepcional - Estados Unidos (CEC-USA) realizou um estudo em um curso de formação de professores para educação especial. Hardman, Drew e Egan apud Almeida (2005) descreveram os Padrões Curriculares para os professores que atuam com educação especial, estabelecidos pelo CEC.

Obteve como resultado que um professor bem formado estaria apto a atender qualquer criança, independente de sua cor, raça, cultura e tipo de deficiência que apresenta. A base das competências seriam as seguintes:

- ⇒ Fundamentação - compreender que o campo da educação especial modifica-se através de bases filosóficas, princípios e teorias.
- ⇒ Desenvolvimento e Características dos aprendizes - respeitar seus alunos, vendo-os como seres humanos únicos.
- ⇒ Diferenças individuais de aprendizagem - individualizar a instrução, oferecendo um aprendizado desafiador.
- ⇒ Estratégias instrucionais - selecionar, adaptar e utilizar estratégias para promover o aprendizado do currículo e também melhorar o pensamento crítico, aumentar a autoconfiança, auto-administração e a auto-estima dos seus alunos.
- ⇒ Ambientes de aprendizagem e interações sociais - criar ambientes que valorizam a diversidade e os indivíduos.
- ⇒ Comunicação - associar os métodos à linguagem dos alunos e as diferenças culturais e linguísticas.
- ⇒ Planejamento instrucional - orienta o educador, pois os planos instrucionais ajudam a analisar o progresso da aprendizagem do aluno.
- ⇒ Avaliação - realizar avaliação formal e informal de comportamento, desempenho e aprendizagem que ofereça um desenvolvimento individual também.
- ⇒ Prática profissional e ética - os educadores compreendem que são eternos aprendizes e necessitam refletir e ajustar sua prática sempre.
- ⇒ Colaboração - entendem que seus conhecimentos são fontes de informação, e estas podem ser transmitidas a outros.

Baseado no resultado da pesquisa do CEC-USA, de que oferecer uma educação a todos depende da formação do educador e sendo a formação uma exigência da lei, este estudo gostaria de compreender a preparação e os conhecimentos que os novos

professores têm acesso referente à área de educação especial, e mostrar a necessidade de formar professores para educarem não só os alunos com deficiências explícitas, mas respeitarem as dificuldades e individualidades das crianças consideradas “normais” também.

2.3. A organização da pesquisa

Essa monografia utilizou a disciplina “Fundamentos da Educação Especial”, do curso de Pedagogia da Unicamp, para analisar uma parte da formação dos novos educadores, verificar como o tema da educação especial é abordado nesta instituição.

Constatou-se a necessidade de avaliar esta disciplina, pois sua grade curricular era formada por apenas uma disciplina, de quatro meses, referente à educação especial, reservada para discussões e palestras cuja intenção era o de trabalhar com as diferenças e com as necessidades especiais, visando à inclusão social. Ressalto que outras disciplinas também trabalharam com essa temática.

Ao analisar a ementa da disciplina no currículo de 2005, nota-se uma preocupação com a deficiência mental:

*“EP111-Fundamentos da Educação especial.
Ementa: Estudo da especificidade do ato pedagógico nas suas dimensões básicas do saber, do fazer, do ser e as implicações dessa especificidade na dimensão social e política. As implicações disso na Educação Especial e em particular do deficiente mental.” (Catálogo de 2005)¹⁰*

No ano seguinte, a disciplina sofre modificações na sua ementa, a preocupação não é mais específica, destina-se a todas as deficiências:

*“EP111-Fundamentos da Educação especial
Ementa: A produção social da normalidade e da anormalidade. A constituição da Educação Especial e as propostas de escolarização das pessoas com deficiência, em diferentes momentos históricos.” (Catálogo de 2006)*

¹⁰ O catálogo é elaborado todo ano pela Unicamp, cujo conteúdo é sobre as graduações, oferecido pela universidade, com suas respectivas grades curriculares e ementas. Os indivíduos que desejam obter informações a respeito dos cursos, a partir de 1997, podem acessar o site: <http://www.dac.unicamp.br/portal/grad/catalogos/index.html>

Conseguira este único momento oferecer uma formação aos professores que atendessem a uma gama de dificuldades as quais poderão surgir em sala de aula. Esta resposta pode ser observada através da mudança curricular em 2008, a disciplina “Fundamentos da educação especial” é retirada e inserem-se duas outras relacionadas com a educação especial: “Educação Especial e Inclusão” e “Educação de Surdos e Língua de Sinais”, cujas ementas são as seguintes:

“EP348- Educação Especial e Inclusão

Ementa: O acesso ao conhecimento e aos ambientes sociais e escolares de alunos com deficiência e altas habilidades, diante da responsabilidade de se garantir o direito à Educação, como prescrição constitucional, no ensino básico e superior. A produção social da normalidade e da anormalidade. A constituição da Educação Especial e as propostas de escolarização das pessoas com deficiência, em diferentes momentos históricos.” (Catálogo de 2008)

“EP529- Educação de Surdos e Língua de Sinais
Ementa: Estudo da história dos movimentos políticos organizados por associações de surdos e suas conquistas; a diferença entre linguagens e língua - implicações para se pensar os processos identitários; a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em suas singularidades lingüísticas e seus efeitos sobre o desenvolvimento, aquisição da língua(gem) e produções culturais; o campo e objetos do campo "Estudos Surdos em Educação" bem como suas relações com a Psicologia Educacional; as bases epistemológicas das divergências das diferentes formas de se entender a inclusão de pessoas surdas.” (Catálogo de 2008)

Percebe-se através do novo currículo que a faculdade reserva momentos para discutir sobre deficiência, inclusão, e outros assuntos relacionados a essa temática e há uma disciplina específica para ensino dos surdos. O destaque para esta deficiência ocorreu devido a lei elaborada, já citada no primeiro capítulo.

Mesmo sabendo que a faculdade já retirou do currículo a disciplina e ampliou os momentos reservados para a discussão desse tema, resolvi realizar esta pesquisa para aprofundar os conhecimentos em educação especial, compreender a formação para esta área de atuação profissional.

O professor novato já se sente despreparado para atuar na escola regular, ao constatar que a prática real do ensino não corresponde aos esquemas idéias em que obteve na sua graduação. O que acontece quando o assunto é deficiência, um conceito

que envolve muito a questão do preconceito, pois se relaciona com a cultura dos indivíduos, a estrutura da sociedade que valoriza as pessoas que tenham um corpo considerado normal.

Um primeiro contato com a deficiência causa uma estranheza, que pode manter-se ou não dependendo da interação da relação, da educação que os envolvidos receberam. Alguns rejeitam, pois acreditam que as pessoas deficientes, são inferiores. Mario Quintana em seu poema “Deficiências”¹¹ define deficiente como sendo *“aquele que não consegue modificar a sua vida, aceitando as imposições das outras pessoas e da sociedade em que vive, sem ter consciência que é dono do seu destino”*.

É necessário que o educador reflita sobre a diversidade, não desejar que seus alunos sejam todos iguais, uma adequação aos moldes preestabelecidos ou considerar uns melhores do que outros. Esse profissional deve elaborar uma proposta de trabalho que contemple as necessidades de cada um, a heterogeneidade é fundamental para a promoção da equidade e justiça social.

A alteração no currículo de uma graduação para alcançar esses objetivos, exige estudos, pesquisas, dedicação dos docentes para elaborar um curso adequado, que ofereça os saberes mínimos aos futuros educadores para trabalharem com educação especial, para um aperfeiçoamento do curso de Pedagogia. E este estudo é importante, porque ao acompanhar a disciplina será possível observar quais são as expectativas dos alunos, formular hipóteses para o que deve ser ensinado e como realizá-lo.

Investir na formação dos educadores é uma das soluções para permitir que a instituição escolar eduque com êxito todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas, por meio de uma pedagogia centrada na criança e desenvolvendo a sua capacidade.

¹¹ Deficiências- Mario Quintana

“Deficiente” é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

“Louco” é quem não procura ser feliz com o que possui.

“Cego” é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

“Surdo” é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

“Mudo” é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

“Paralítico” é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

“Diabético” é quem não consegue ser doce.

“Anão” é quem não sabe deixar o amor crescer.

E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois:

“Miseráveis” são todos que não conseguem enxergar a grandeza de Deus”.

2.4. Principais procedimentos da pesquisa

O ideal para a realização da pesquisa era a de acompanhar durante um semestre os alunos que frequentariam a disciplina “Fundamentos da Educação Especial”, tanto do período diurno quanto do noturno, pois as turmas possuíam educadores diferentes, maneiras diferentes de administrar a aula. Essa atitude não aconteceu na primeira etapa porque eram os conhecimentos que os educandos possuíam do seu cotidiano. Esta pesquisa auxiliaria para analisar como está sendo oferecida a formação aos futuros professores na área de educação especial.

Com esta proposta de pesquisa, o primeiro passo foi conversar com os professores responsáveis, aqueles que administrariam a disciplina no ano de 2008, sobre o trabalho e pedir permissão para acompanhar as aulas e aplicar dois questionários, um no início da disciplina e outro no final.

As aulas no período da tarde não puderam ser acompanhadas, por motivos que não foram possíveis de identificar. Diante desta situação, foi avaliado que seria incoerente e tendencioso acompanhar somente uma das turmas, pois não produziria resultados relevantes.

O segundo passo da pesquisa foi uma breve apresentação pessoal da pesquisadora para os alunos explicando os motivos que a levaram a desenvolver esta pesquisa e esclarecendo as dúvidas e depois aplicando os questionários. Era importante tornar a situação agradável, natural, assim se evita constrangimentos e alteração nas respostas, que poderiam modificar os resultados da pesquisa.

Os questionários não continham identificação nominal, pelo motivo citado acima, e não era necessário responder todas as questões, apenas aquelas que se sentiam a vontade, mas explicamos a importância das respostas para a pesquisa. Esses devidos cuidados foram tomados para alcançar o máximo de fidelidade das opiniões e dos conceitos.

Os alunos deveriam preencher algumas informações pessoais, pois esta disciplina não é cursada apenas pelos estudantes do curso de pedagogia, e responder quatro perguntas dissertativas.

O objetivo de aplicar um questionário, com quatro perguntas, no início do curso era obter os conhecimentos, as opiniões a respeito do tema e as expectativas para o curso que os alunos frequentadores tinham.

O terceiro passo constituiu-se na aplicação de um novo questionário, contendo algumas modificações. Foi realizado no final do semestre para analisar se houve mudanças ou não com os conceitos.

Apenas a turma do noturno realizou a idéia inicial, respondendo ao questionário no início e fim do semestre, no entanto para a turma do diurno o planejamento da pesquisa foi alterado, devido à falta de oportunidade e colaboração. Preenchendo o questionário no início do semestre e outro no início do seguinte semestre.

Esse trabalho utilizou a pesquisa de Survey. Essa metodologia baseia-se na aplicação de questionários, a um mesmo grupo, durante um determinado tempo, com a finalidade de acompanhar as mudanças ocorridas, ou seja, comparar as respostas do início do curso com as do final e diagnosticar se houve ou não mudanças nos conceitos.

Ao aplicar dois questionários a um mesmo grupo em dois momentos distintos, a pesquisa Survey classifica-se como longitudinal, pois permite a análise de dados ao longo de um determinado tempo e as mudanças ocorridas.

A pesquisa de Survey é utilizada para se obter informações sobre características ou opiniões de um determinado grupo de pessoas que representam a população alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, geralmente o questionário.

O último passo para a elaboração dessa pesquisa, foi uma entrevista com uma das coordenações do curso de Pedagogia para compreender essas reformulações referentes a formação oferecida dos novos profissionais de educação.

2.5. Principais resultados

Os questionários foram elaborados com quatro questões, nas quais duas se relacionavam com a definição, através das experiências individuais, de alguns conceitos e as duas outras referentes à disciplina “Fundamentos da Educação Especial”.

Cada pergunta, desse material, foi analisada individualmente, não havendo separação entre os questionários respondidos pela turma do diurno ou noturno. Na apresentação das respostas, as frases escritas em itálico, são as opiniões obtidas nos questionários. Essas frases receberam um destaque, pois resumem e representam de uma maneira explícita as demais idéias das categorias.

2.5.1. Primeiro questionário

Nesta etapa, foram distribuídos os questionários para sessenta e quatro pessoas, sendo trinta e quatro na turma do diurno e trinta na do noturno, no primeiro dia de aula. Os participantes antes de responderem as perguntas, forneceram alguns dados pessoais, para um conhecimento das pessoas que frequentaram a disciplina.

Os dados pessoais obtidos foram:

Tabela 1: Dados pessoais do primeiro questionário

Diurno	Noturno
A maioria, 20 participantes, é do curso de pedagogia, realizando a disciplina de acordo com o currículo proposto.	A maioria, 24 participantes, é do curso de pedagogia, realizando a disciplina de acordo com o currículo proposto.
Os participantes têm na maioria menos de 26 anos.	Os participantes têm na maioria mais de 26 anos.
A maioria não trabalha no ensino formal, os que atuam na área de educação têm menos de um ano de serviço.	A maioria não trabalha no ensino formal, os que atuam na área de educação têm mais de três anos de serviço.
A maioria das pessoas não tem proximidade com pessoas com deficiência, as que possuem se encontram no trabalho.	A maioria das pessoas não tem proximidade com pessoas com deficiência, as que possuem se encontram no trabalho.
Deficiências citadas: Síndrome de Down, autismo, síndrome da Cri-du-chat e as deficiências - auditiva, física, visual e mental.	Deficiências citadas: Síndrome de Down, retardo mental, paralisia cerebral, e as deficiências - auditiva, física, visual e degenerativa.

O questionário apresentava as seguintes questões:

- ⇒ Como base nas suas experiências e com o seu grau de aproximação de deficiência, o que significa ser especial?
- ⇒ Como base nas suas experiências e informações, o que significa deficiência?
- ⇒ Quais são as suas expectativas em relação à disciplina “Fundamentos da Educação Especial”?
- ⇒ Qual a importância dessa disciplina para o educador?

Primeira pergunta:

Como base nas suas experiências e com o seu grau de aproximação de deficiência, o que significa ser especial?

Essa questão foi elaborada para observar se as pessoas relacionam este termo com deficiência ou não. De acordo com o dicionário a palavra “especial” significa “fora do comum”, mas no cotidiano também a utilizamos para descrever uma pessoa muito importante.

As respostas para esta pergunta foram separadas conforme a definição escrita para a palavra “especial”. Foram divididas em quatro categorias:

- Primeira categoria: *“ser especial significa possuir algum tipo de deficiência, seja ela visual, auditiva, motora, mental”*. Vinte e quatro pessoas foram selecionadas para esta categoria, pois para elas a palavra “especial”, *“significa ter algum tipo de limitação tanto mental, física ou cognitiva que impossibilite o aprendizado ou o comportamento, assim como, sua integração ou inclusão”*.
- Segunda categoria: *“especial é ser diferente de um padrão considerado normal”*. Vinte respostas relacionaram especial pelo critério de “possuir características físicas ou cognitivas que fogem da ‘normalidade’ construída socialmente e historicamente”.
- Terceira categoria: *“especial é ser, ser humano, todos somos diferentes e, portanto especiais, cada um com suas deficiências e qualidades”*. Treze pessoas responderam que todos nós somos especiais, todos *“temos nossas limitações e, portanto devemos considerar as necessidades de cada um particularmente”*.
- Quarta categoria: outras respostas, pois não relacionam com as demais, nem entre si ou a definição não foi descrita. Sete respostas foram separadas nesta categoria, uma das respostas, por exemplo, associou a utilização da palavra especial a *“algo ou alguém que eu gosto muito”*.

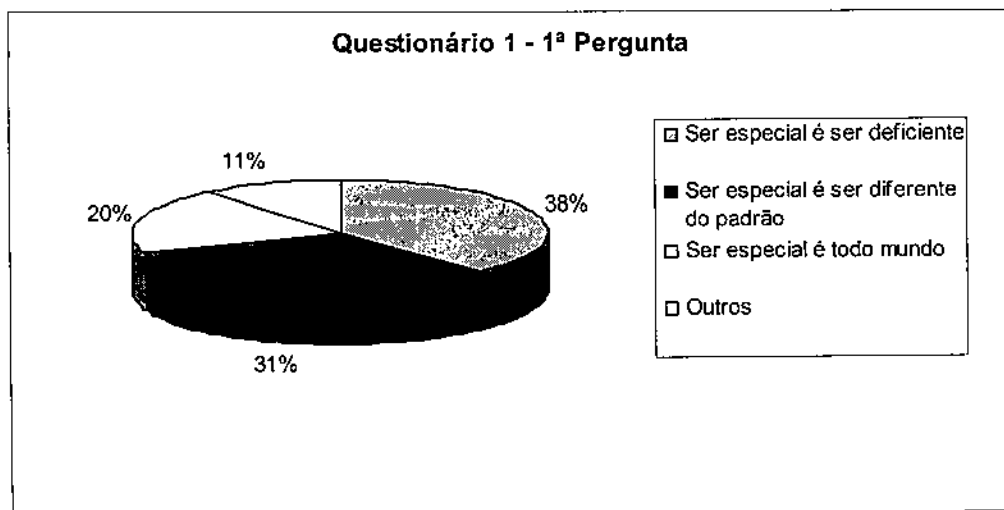


Gráfico 1 : Primeiro questionário: primeira pergunta

Segunda pergunta:

Com bases nas suas experiências e informações, o que significa deficiência?

A intenção desta pergunta foi analisar se as pessoas associavam a palavra deficiência às dificuldades mais simples, cotidianas da vida. Para esta definição as respostas foram divididas em três categorias:

- Primeira categoria: contém cinquenta e oito respostas muito parecidas, no entanto, enfatizam determinadas palavras, por isso separei em subcategorias, que definem deficiência como:

- Incapacidade/ Impossibilidade - Quatro pessoas definem como sendo “(...) a impossibilidade de fazer algo ou fazê-lo com dificuldade muito acentuada”.

- Limitação – Nove pessoas acreditam que “É uma limitação, seja ela qual for, mas que não impede que a pessoa tenha uma vida como qualquer outra considerada ‘normal’ ”.

- Dificuldade - Sete definem como sendo “(...) quando a pessoa tem uma maior dificuldade de realização de algo. E para tal dificuldade necessita de uma atenção, tanto no meio educacional como social, para se desenvolver”, é um grau de dificuldade perante um grupo.

- Padrão da sociedade - Dez questionários associaram a estar *“(...) no âmbito de tudo aquilo que foge do padrão de normalidade imposto (...)”* é ser diferente do que a sociedade define como normal, *“(...) é algo que é rotulado para enquadrar e classificar as pessoas que possuem alguma característica diferente das outras pessoas ditas como normais”*.

- Doença/ Anomalia – Doze pessoas definem com termos clínicos, relacionaram a *“É ter de certa forma alguma doença, anomalia. É visto como diferente pela sociedade”*, uma diferença genética.

- Falta de/ Ausência - Dezesesseis pessoas responderam que *“(...) é a falta de algo, é estar desprovido de determinada condição para realizar certas coisas”*, seria uma *“(...) falta de aptidão para desenvolver alguma atividade, de natureza física ou intelectual, que a maioria das pessoas desenvolve sem dificuldades”*.

- Segunda categoria: é formada por cinco respostas que consideram que *“todos nós temos alguma deficiência”*. Entendem esse conceito como sendo *“(...) uma dificuldade, uma falta ou excesso de algo. Todos nós temos uma deficiência, pode ser físico, sentimental, psicológico, mental, moral, social, econômico, etc”*.

- Terceira categoria: composta por apenas uma pessoa, que deixou o campo de resposta em branco. Ressaltando que foi avisado no início da pesquisa que não precisavam responder a todas, embora a opinião de cada um fosse muito importante.

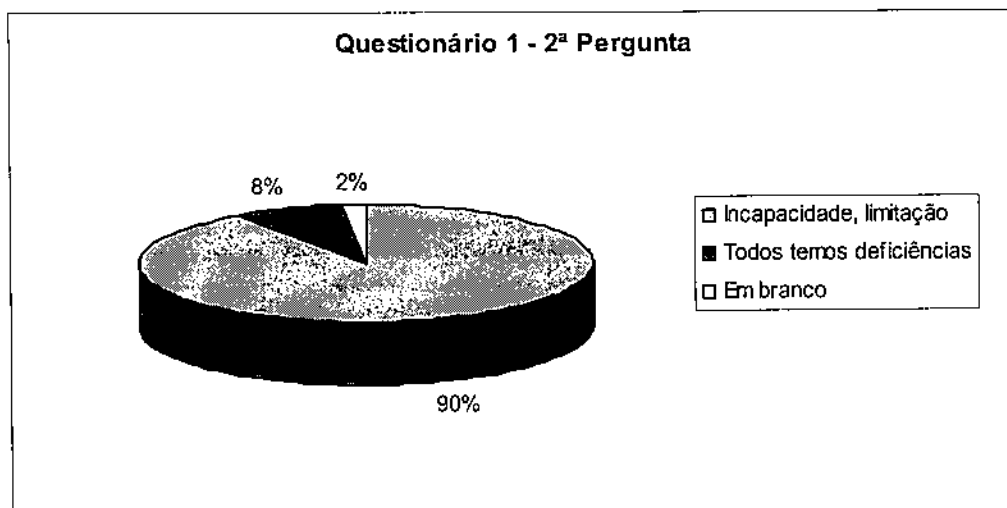


Gráfico 2: Primeiro questionário: segunda pergunta

Terceira pergunta:

Quais são as suas expectativas em relação à disciplina “Fundamentos da Educação Especial” ?

Para a terceira questão a divisão foi em duas categorias, sendo que cinquenta e nove respostas basearam-se no aprimoramento do trabalho do educador para desenvolvimento integral do aluno com deficiência.

Desejam discutir sobre inclusão, os tipos de deficiência, conhecer a história da educação especial, as leis brasileiras referentes este tema, experiências que foram bem sucedidas na sala de aula.

Algumas das respostas obtidas foram:

“Espero aprender a como lidar com crianças e adolescentes especiais, principalmente quando estiver lecionando, porque quero saber o que fazer para ajudá-los a aprender o máximo possível”.

“Espero que através desta disciplina possa compreender melhor a questão da educação especial em seus vários aspectos, que vão desde o processo histórico até a realidade na qual estão inseridos aqueles considerados pela sociedade como ‘deficientes’”.

“Receber embasamento teórico para o trabalho (com êxito para o desenvolvimento integral da criança especial)”.

“Espero aprender a lidar com crianças e adultos especiais sem ‘rotulá-los’ ou mesmo discriminá-los. Pois vejo que muitas vezes esse tipo de curso acaba enquadrando muitos deficientes em determinados padrões pré-estabelecidos”.

“Estudar o que se fala e faz a respeito desse assunto como casos/experiências de educação de pessoas com deficiência”.

“Pretendo ter uma base sobre os principais acontecimentos e leis que envolvem a educação especial (...)”.

“Espero que esta disciplina me auxilie a encontrar métodos de se trabalhar o ensino com as diferentes deficiências. Gostaria também de entender melhor os mais diversos tipos de deficiência e aprender como trabalhá-las”.

“Espero poder aprender algo que me ajude na minha formação pessoal e na minha atuação como educadora. Não vejo a disciplina como solução para os meus problemas com educação especial, mas como um suporte mesmo”.

“(...) acho que apenas um semestre sobre esse assunto muito pouco para garantir a excelência na formação de professores (...)”.

As outras cinco respostas, que formam a segunda categoria, demonstraram certo desinteresse pela temática, realizam essa disciplina por ser obrigatória no currículo.

“Sinceramente não tenho interesse nessa área, mas espero que o que vier possa me fazer aprender, pois acredito que pelo fato da inclusão estar presente na educação formal eu preciso saber mais sobre”.

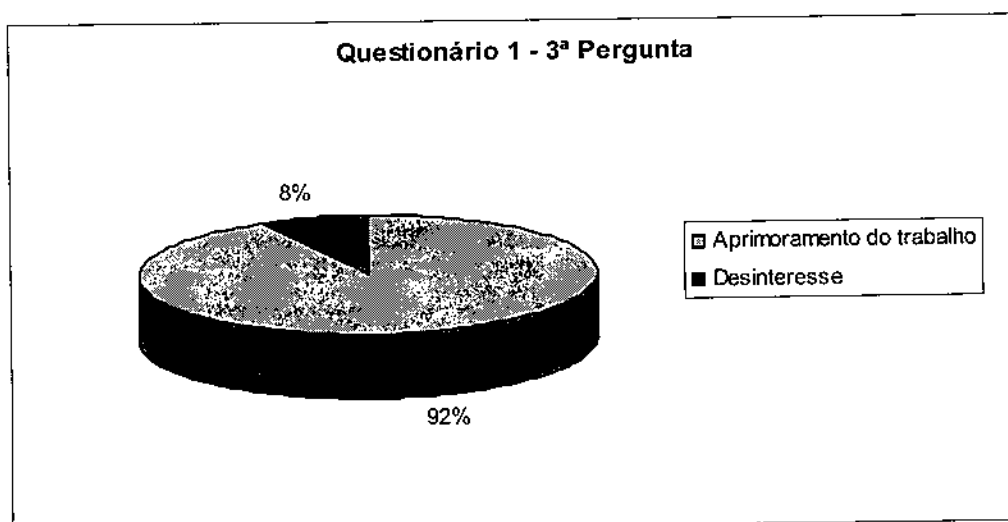


Gráfico 3: Primeiro questionário: terceira pergunta

Quarta pergunta:

Qual a importância dessa disciplina para o educador?

Esta questão foi dividida em quatro categorias.

- Primeira categoria: *“É importante na medida em que creio que vá ‘desnaturalizar’ algumas coisas e chamar nossa atenção a algumas coisas importantes, até porque acredito que vá discutir um pouco o preconceito com relação a educação especial”*. Trinta e duas respostas enfatizaram a importância da disciplina, afirmando que a educação especial é *“(...) essencial para educador afinal, no contexto atual a escola regular cada vez mais está recebendo crianças especiais e quanto mais soubermos sobre as diferentes deficiências, melhor poderemos atender e incluir a criança na escola e colaborar com seu desenvolvimento”*, que *“todo professor de qualquer área devia ser apto para trabalhar com pessoas especiais (...)”*.
- Segunda categoria: *“(...) é importante discutir as deficiências, tocando em assuntos que até então pareciam misteriosos confusos e até mesmo constrangedor (...)”*. Vinte e oito respostas apenas confirmaram a importância da disciplina para afim do educador conhecer as deficiências e saber trabalhar com os alunos em sala de aula e proporcionar a inclusão deles em escolas regulares.
- Terceira categoria: *“(...) o professor deve saber trabalhar com isso e lutar por isso. Em nossa formação devemos entender as particularidades das pessoas, que todos nós somos diferentes, mas temos que ser iguais em direitos e com respeito, na igualdade de oportunidades”*. Três pessoas acreditam que este curso seja muito relevante, pois todos nós temos deficiências.
- Quarta categoria: uma única pessoa acredita que um curso de seis meses *“(...) não vai me ajudar tanto na minha prática. Acho que deveria ser algo mais profundo visando à discussão sobre inclusão, sobre separar pessoas com necessidades diferentes”*.

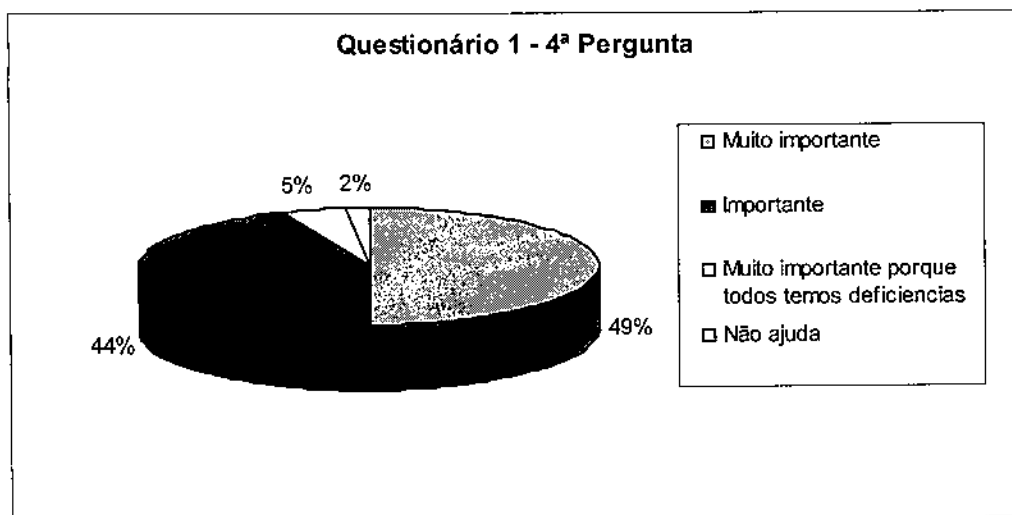


Gráfico 4: Primeiro questionário: quarta pergunta

2.5.2. Segundo questionário

Na segunda etapa da pesquisa foi a aplicação de um segundo questionário ao final da disciplina, para vinte e nove pessoas, sendo treze do diurno e dezesseis do noturno.

O segundo questionário tem como intenção analisar se houve ou não mudanças nas respostas. Era composto por perguntas pessoais, para caracterizar o perfil dos indivíduos que participaram e outras quatro referentes à disciplina.

Informações pessoais:

Tabela 2: Dados pessoais do segundo questionário

Diurno	Noturno
Todas as entrevistadas são do curso de pedagogia, sendo que treze estão de acordo com o currículo proposto	Todas as entrevistadas são do curso de pedagogia, sendo que doze estão de acordo com o currículo proposto
As participantes na maioria têm menos de 25 anos	As participantes na maioria têm menos de 27 anos
Apenas uma pessoa trabalha no ensino formal a um ano.	A maioria não trabalha no ensino formal, as demais possuem mais de dois anos.
A maioria das pessoas não tem proximidades com pessoas deficientes	A proximidade com as deficiências ficou igual para todas as alternativas

Para observar as transformações ocorridas, vinte e nove pessoas redigiram suas opiniões e conhecimentos nas seguintes perguntas:

- ⇒ Como base nas suas experiências, com o seu grau de aproximação de deficiência e com a disciplina “Fundamentos da educação especial”, o que significa ser especial?
- ⇒ Como base nas suas experiências, informações obtidas e através da disciplina de educação especial, o que significa deficiência?
- ⇒ Em relação à disciplina “Fundamentos da educação especial” suas expectativas foram alcançadas?
- ⇒ Qual a importância desse curso, “Fundamentos da educação especial”, para o educador? Deve ser obrigatória uma disciplina de educação especial em um curso de pedagogia?

Primeira pergunta:

Como base nas suas experiências, com o seu grau de aproximação de deficiência e com a disciplina “Fundamentos da educação especial”, o que significa ser especial?

Esta questão também estava presente no primeiro questionário, a idéia de repeti-la é justamente para comparar as primeiras respostas antes do início do curso de educação especial. As respostas foram separadas em quatro categorias.

- Primeira categoria: composta por dezoito pessoas, sendo onze da turma do diurno, que definiram a palavra especial como “(...) ‘possuir’ ou ‘ser portador’ de uma (ou algumas) características específicas, que se destoa de um ‘padrão estabelecido’, de um padrão de normalidade” ou “ser especial significa possuir alguma limitação provinda do físico ou intelectual onde a pessoa precise de uma maior atenção, tornando-a especial”.
- Segunda categoria: categoria e formada por cinco respostas, sendo apenas uma da turma do diurno, essas pessoas acreditam que todos somos especiais, mesmo não sendo portador de deficiência, “(...) ser especial é ser humano. Todos os

indivíduos são especiais em alguns aspectos e isso nos torna todos iguais, cada um com seus limites e especificidades próprias”.

- **Terceira categoria:** três pessoas do noturno definiram “especial” como a segunda categoria, que todos nós temos nossas limitações, no entanto, elas também recordaram que esta palavra é *“uma maneira ‘bonitinha’ de designar a deficiência de alguém. Todos somos deficientes e temos nossas limitações, não sendo necessário designarmos estes ou aqueles somente pela sua limitação ser mais evidente”.*
- **Quarta categoria:** três pessoas formam o grupo de outras respostas, pois não se enquadram nas demais, sendo apenas uma da turma do diurno e uma das pessoas não respondeu a questão.

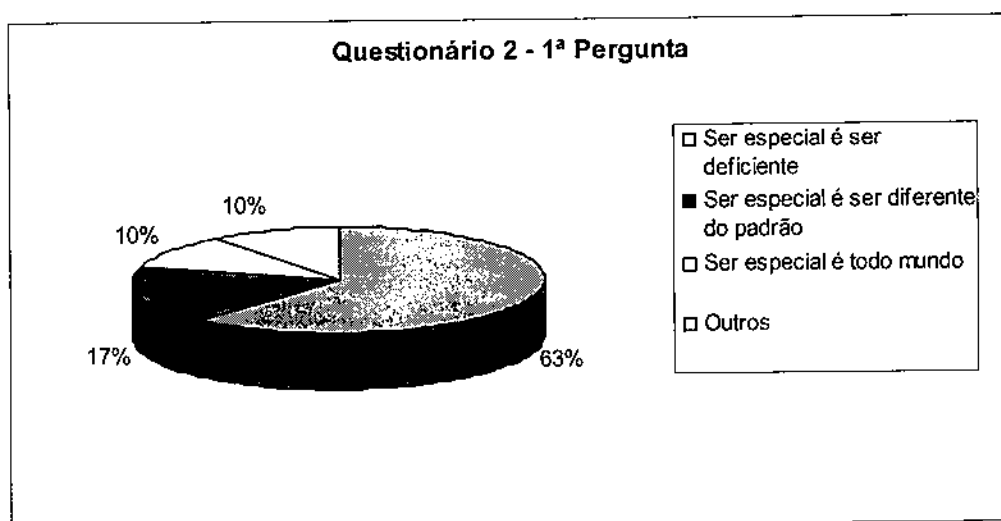


Gráfico 5: Segundo questionário: primeira pergunta

Segunda pergunta:

Como base nas suas experiências, informações obtidas e através da disciplina de educação especial, o que significa deficiência?

O mesmo objetivo ocorreu para a segunda questão, no entanto a palavra era “deficiência”. As respostas obtidas foram separadas em quatro categorias.

- Primeira categoria: vinte e cinco definiram deficiência de uma maneira muito semelhante, a diferença entre as respostas foi a utilização de determinadas palavras, por isso dividi em subcategorias:
 - Dificuldade – cinco respostas, sendo apenas uma da tarde, responderam a questão *“limitação do individuo que, no entanto, não impede, que ele tenha uma vida normal”*.
 - Incapacidade - seis, sendo duas do noturno, responderam que deficiência *“é não conseguir realizar determinada atividade por sua condição especial”*.
 - Limitação – seis pessoas, sendo que duas eram do diurno, definiram como sendo *“um limite, que não é uma impossibilidade, mas sim uma limitação (...) que faz com que ela necessite de uma maior ajuda em comparação com outra pessoa que não possui deficiência”*.
 - Padrão social – oito entrevistados, três do noturno, acreditam que a deficiência é *“ter alguma necessidade especial, ou seja, alguma necessidade diferente daquelas tidas como normais para a nossa sociedade”*.
- Segunda categoria: três pessoas do noturno defendem que a deficiência é *“algo que todos nós temos, visto que todo ser humano é limitado em algum aspecto (...) tarefas que uma pessoa é incapaz de realizar, outra realiza com facilidade, e vice-versa”*, seria a *“incapacidade de entender o outro dentro de seus limites”*.
- Terceira categoria: composta por uma pessoa que deixou o campo de resposta em branco. Este entrevistado era do noturno.

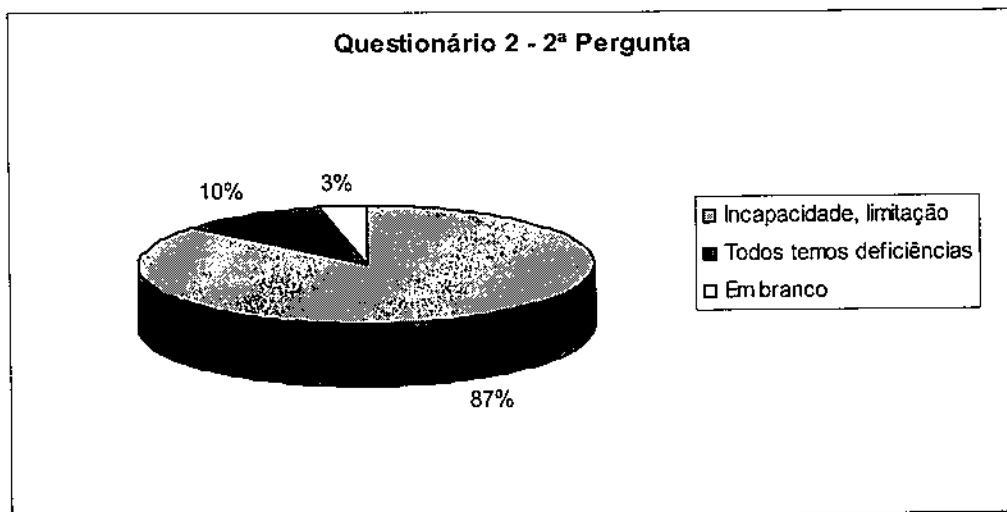


Gráfico 6: Segundo questionário: segunda pergunta

Terceira pergunta:

Em relação à disciplina “Fundamentos da educação especial” suas expectativas foram alcançadas?

Esta questão elaborada saber a opinião das estudantes depois de realizarem o curso. As respostas variaram entre a disciplina ter alcançado as expectativas, não ter e alcançou em partes. E as respostas foram divididas desta maneira.

- Primeira categoria: Doze, sendo que retes eram do curso diurno, responderam que esta disciplina atendeu as expectativas, as leituras selecionadas foram adequadas, discussão de conceitos, cuidados que as educadoras devem ter na sua forma de pensar, suas falas e suas atitudes, foi possível ter um *“panorama geral sobre o assunto (...) e a tomar cuidado com as coisas que penso, falo e faço”*.
- Segunda categoria: Dez pessoas, três da turma do diurno, disseram que esta disciplina não atendeu as suas expectativas, pois o curso trabalhou mais a teoria e não com a prática, a falta de abordagem com algumas deficiências e noções sobre Braille (escrita dos cegos), Libras (língua dos surdos), discussões com pessoas deficientes sobre as dificuldades que enfrentaram, preocupou-se muito com a doença e não com *“o individuo como pessoa, aluno, que tem dificuldades como qualquer pessoa”*.

- Terceira categoria: sete, sendo quatro da turma do noturno, justificaram que o curso ficou incompleto, uma vez que faltou explorar aspectos referentes ao contexto escolar, como encarar e educar os alunos considerados especiais. Um questionário descreve a necessidade de conhecer mais profundamente os tipos de deficiência e as suas particularidades, no entanto entende que só vai saber *“lidar com cada criança no momento em que eu a conhecer (como será com toda e qualquer criança”*.

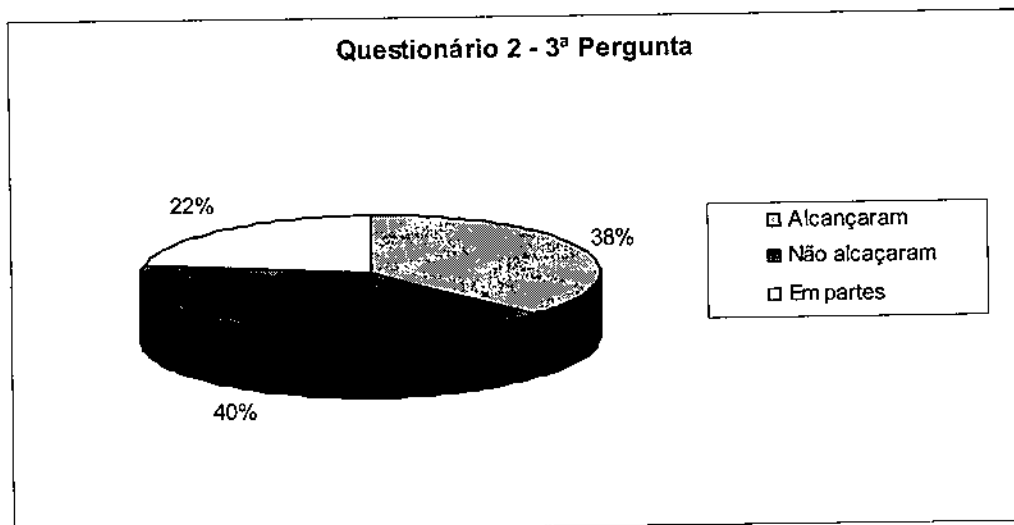


Gráfico 7: Segundo questionário: terceira pergunta

Quarta pergunta:

Qual a importância desse curso, “Fundamentos da educação especial”, para o educador?
Deve ser obrigatório uma disciplina de educação especial em um curso de pedagogia?

A questão teve a intenção de analisar a importância do tema para as pedagogas, compreender a necessidade ou não de ter uma disciplina com esta temática na grade curricular.

Todas as respostas afirmam que a disciplina é de extrema importância, para questionar e refletir sobre a diferença das pessoas, o conceito de normalidade, buscar metodologias para promover um ensino que respeite a todos, “os futuros professores necessitam de uma formação completa para lidar com as diferenças no contexto escolar”.

“O educador poderá se deparar em seu trabalho com crianças deficientes e ele precisa estar preparado de todas as formas para atender a criança em suas necessidades e promover a inclusão”

“A disciplina deve ser obrigatória, contudo deve ser dada de maneira séria e comprometida para que realmente capacite os profissionais da educação a trabalharem com os alunos especiais”

“Deve ser obrigatória. E, além disso, deveria ser estendido a outros cursos e empresas”

“Permitir ao educador uma nova visão de mundo do que é ser deficiente e o que é inclusão”

CAPÍTULO III

Análise e discussão de resultados

Este capítulo apresenta os resultados, na primeira parte apresentamos algumas análises e na segunda destacamos algumas discussões e reflexões, visando às conclusões que irão apontar as respostas as indagações propostas no início do estudo.

3.1. Análise de dados

A primeira observação a ser feita, foi a elevada queda no número de respostas no segundo questionário. Essa situação deve-se a dois motivos: o não comparecimento dos alunos nos últimos dias de aula e a aplicação do questionário para a turma do diurno no semestre seguinte.

O questionário para o diurno foi aplicado na disciplina de “Metodologia da pesquisa em ciências da educação II”, cuja temática não é a mesma, mas que de acordo com o currículo pertence ao semestre seguinte à disciplina estudada, então escolhi este momento, pois acreditei encontrar o maior número de estudantes que haviam realizado a disciplina no semestre anterior.

Surgiu as hipóteses de procurar as pessoas que não haviam respondido para que colaborassem com a pesquisa, no entanto esta idéia foi desconsiderada pelos seguintes motivos. O primeiro pelo fato da universidade permitir que os alunos escolham a ordem das disciplinas a serem cursadas, e esta disciplina não possuindo pré-requisito, é cursada em qualquer momento da graduação, ou seja, os estudantes não eram necessariamente do sexto semestre de Pedagogia.

O segundo motivo é o fato de nem todas as pessoas que fizeram a disciplina de educação especial cursam a graduação de Pedagogia, logo seria muito improvável encontrá-las na Faculdade de Educação, além do fato dos questionários não serem identificados, portanto não seria possível localizar individualmente cada participante.

No primeiro questionário das sessenta e quatro que realizaram a disciplina, cinquenta e cinco era do curso de pedagogia, no entanto quarenta e quatro pessoas cursavam de acordo com o currículo proposto, e as outras nove pessoas eram de outros cursos (Dança, Química, Fonoaudiologia, Educação física, Letras, Licenciatura em matemática).

No segundo questionário, as vinte e nove respostas obtidas eram de pessoas do curso de Pedagogia, sendo que apenas quatro não realizaram a disciplina conforme o proposto pela faculdade.

O gráfico abaixo representa a comparação entre as respostas obtidas no primeiro questionário com o segundo. É possível notar que houve um acréscimo no significado da palavra “especial” associada a ser deficiente.

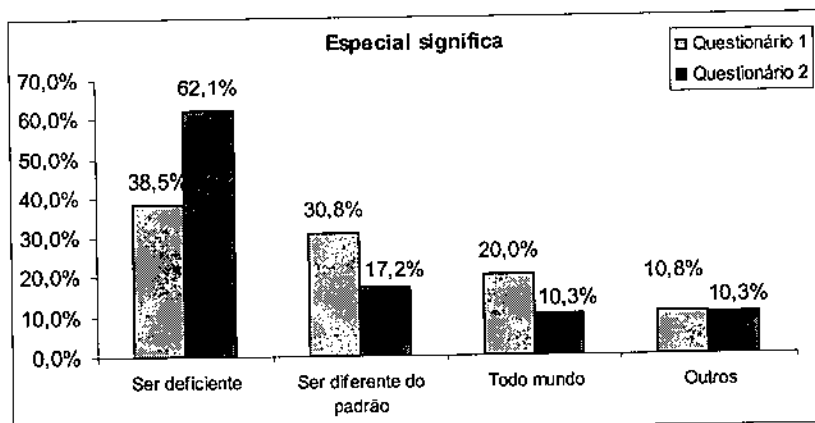


Gráfico 8: Alteração do significado da palavra “especial”, após a disciplina

Uma explicação para tal situação seria a denominação usual do cotidiano, a utilização desta palavra, “especial”, para referi-se as pessoas com necessidades especiais. Outro motivo seria a influência da própria disciplina a qual os estudantes estavam inseridas, cuja proposta era trabalhar abordar o tema das deficiências.

A segunda pergunta a respeito demonstrou algumas melhoras, pois houve um acréscimo na porcentagem do significado da “deficiência” associado a idéia de que todos os seres humanos são deficientes, e conseqüentemente a diminuição dessa palavra relacionado com a incapacidade, limitação.

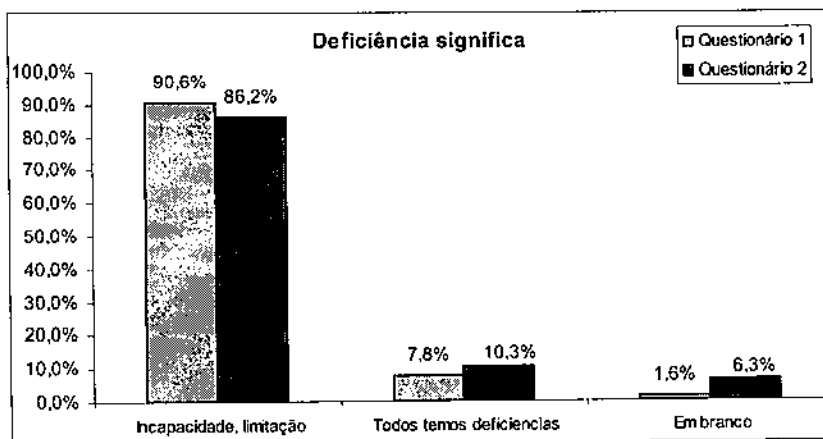


Gráfico 9: Alteração do significado da palavra “deficiência”, após a disciplina

Essa questão demonstra a importância da disciplina para a formulação de novos conhecimentos, que houve a intenção dos docentes de dissociar o conceito de deficiente somente com aqueles que possuem necessidades especiais e transmitir o conceito de que todas as pessoas possuem limites.

A terceira pergunta indagou no início sobre as expectativas para a disciplina e no final analisou se estas foram ou não alcançadas. A maioria dos estudantes visava o aprimoramento do trabalho, no entanto os dados obtidos demonstraram que as expectativas não foram alcançadas.

“Foram abordadas várias questões referentes à deficiência, enfatizando o paradoxo normal X estigmatizado. No entanto, faltou explorar aspectos considerados ao contexto escolar e como encarar e educar alunos considerados especiais.”

Na quarta questão do questionário houve a maior mudança, pois ao final todas as pessoas concluíram que esta disciplina, esta temática, é extremamente importante para uma formação de qualidade dos professores.

“A disciplina faz-se fundamental para o curso de pedagogia já que os futuros educadores necessitam de uma formação completa para lidar com as diferenças no contexto escolar e, a partir disso, saber criar situações de aprendizagem.”

A pesquisa demonstra que embora as expectativas não tenham sido alcançadas, para a maioria dos estudantes, ocorreu uma dissociação da palavra deficiência e a

compreensão da importância de temática para que os professores ofereçam um ensino mais justo.

Ao analisar os dados dos estudantes que participaram da pesquisa nota-se que a maioria, da turma do diurno e do noturno, não trabalham no ensino formal e nem tem contato com pessoas portadoras de necessidades especiais, mais um indício da importância da faculdade oferecer uma graduação adequada.

3.2 . Discussão dos resultados

A educação para todos, o respeito pelo outro com ou sem necessidades especiais é uma proposta possível que depende muito da conduta do professor, lembrando que não depende só dele, afinal ele analisa as metodologias necessárias para um melhor desempenho de cada um, para adquirirem posições críticas e estabelecer um mundo mais justo. O esforço desse profissional causa um efeito maior quando possui o apoio da família, a infra-estrutura da instituição escolar.

É importante que os sistemas educacionais estejam preparados para lidar com as diferentes demandas socioculturais presentes nas escolas, planejando-se e implementando propostas pedagógicas que estejam, desde a sua concepção, comprometidas com a diversificação e flexibilização curricular, a fim de que o convívio entre as diferenças possa ser, de fato, um exercício cotidiano, no qual ritmos e estilos de aprendizagem sejam respeitados e a prática da avaliação seja concebida numa perspectiva dialógica. Isso significa envolver a co-participação de aluno e professor, em relação ao conhecimento que se deseja incorporar. (Ministério da Educação vol. 5)¹².

¹² Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão, vol.5.

3.2.1. Pedagogia na Unicamp

A universidade deve produzir e disseminar o conhecimento, e referente a educação também deve formar profissionais críticos e competentes, por isso o currículo de Pedagogia da Unicamp sofreu modificações. Essas adequações vêm acontecendo devido às mudanças ocorridas na sociedade, as novas leis formuladas e para oferecer uma graduação de qualidade, preparando seus estudantes da melhor maneira, para atuarem no mercado de trabalho.

De acordo com o último Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2000, aproximadamente 24,6 milhões de pessoas ou 14,5% da população total, apresentaram algum tipo de incapacidade, alguma dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou alguma deficiência física ou intelectual.

A pesquisa foi referente a formação dos professores no curso de Pedagogia da Unicamp na área de educação especial, uma vez que no Brasil existe um número considerável de pessoas com necessidades especiais e algumas destas encontram-se nas escolas regulares.

Demonstrou-se a necessidade de compreensão do que se entende por educação especial, qual a definição que a Faculdade de Educação quer transmitir aos seus educadores.

3.2.2. Formação Ideal

Os cursos de formação de professores devem reservar disciplinas para reflexões a respeito do tema, educação especial, para pensar nas antigas concepções e entender que o deficiente não possui apenas limitações, mas também várias habilidades.

Proporcionar momentos para que os estudantes conheçam as causas de algumas deficiências e a as que os próprios tiverem interesse, as características dos portadores, suas habilidades, as limitações, prevenções, forma de tratamento, dificuldades de aprendizagem, comunicação e linguagem dos educandos e também dos problemas de comportamento. Lembrando sempre que existem vários graus, ou seja, cada indivíduo tem suas individualidades, e por isso nem sempre possui posturas típicas.

O papel do professor é ser regente de classe, e não especialista em deficiência, no entanto é necessário que estes profissionais tenham no mínimo uma formação mais 'geral' sobre a educação especial para atuarem nas escolas regulares. E aqueles

professores que desejarem ser especialistas devem procurar cursos especializados, dedicar-se a estudos mais direcionados a deficiência determinada do seu interesse.

O professor ideal, especialista ou não, deve ensinar pesquisando, significa que deve:

- ⇒ Conhecer cada aluno, suas características pessoais, às peculiaridades do seu processo de aprender.
- ⇒ Elaborar um plano de ensino voltado para os alunos que realmente temos na sala de aula.
- ⇒ Prestar atenção às respostas de aprendizagem dos alunos referentes às atividades de ensino. E fazer modificações no planejamento, reajustando-o de forma a atender as necessidades educacionais de cada um.
- ⇒ Participar de eventos e de oportunidades para compartilhar nossa experiência e sermos expostos à experiência de outros colegas.

O pedagogo é um profissional que domina determinados saberes, que, em situação, transforma e dá novas configurações a estes saberes e, ao mesmo tempo, assegura a dimensão ética dos saberes que dão suporte à sua práxis no cotidiano do seu trabalho.” (Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia Brasília 2005).

O professor deve ser esforçado, dedicado, criativo, flexível, afetivo, curioso, intuitivo. Cabe a este profissional valorizar e promover as relações interpessoais e ter prazer, paixão e devoção pela sua profissão.

Como diz Rollo May, citado em SERBINO: *“viver não é como sintonizar uma rádio e deixá-lo assim. É, na verdade, um contínuo sintonizar numa onda de comprimento variável” (1994, pp.74).* A vida não é estática, não existe equilíbrio eterno, por isso é sempre necessário fazer ajustes conforme as novas concepções, os novos estudos para uma vida melhor e mais justa. O professor deve compreender que assim como a vida, sua profissão nunca poderá ser igual sempre.

“Ninguém poderá ser um bom professor sem dedicação, sem preocupação com o próximo, sem amor num sentido amplo. O professor passa aquilo que ninguém pode tirar de alguém, que é conhecimento. Conhecimento só pode ser passado adiante por meio de uma doação (...) porque ele quer ensinar tudo (...).” (AMBROSIO, 2003, pp. 84)

Conclusão

Ao final da disciplina todos educadores perceberam a importância da educação especial para a Pedagogia embora, a maioria das expectativas, não tenha sido atendidas. O resultado deste trabalho não apresentou muitas alterações relacionadas aos conceitos de educação especial, mesmo assim acredito que estas já sejam de grande relevância.

Ocorreu um crescimento nas respostas dos estudantes que associaram a palavra “especial” a pessoas portadoras de necessidades especiais. No entanto, já com a palavra “deficiência”, houve uma compreensão de que todos temos as nossas dificuldades, o que para mim é o principal conceito transmitido pela disciplina.

É necessário que os estudantes entendam a idéia de que todos temos nossas dificuldades, uns mais que outros, porém estes também devem ser respeitados como qualquer indivíduo.

Para uma melhor formação dos professores seria interessante ter palestras: com pessoas explicando as suas dificuldades, discutindo sobre as deficiências e com professores transmitindo suas superações, exemplos de atividades que deram certo.

A disciplina também poderia oferecer um pouco de vivência com as pessoas consideradas deficientes, um estágio ou atividades relacionadas com a deficiência, por exemplo, na aula sobre deficientes visuais fazer atividades simples com os olhos vendados.

Os futuros pedagogos precisam entender que eles não serão especialista em deficiência ao término da graduação, sua função é ser regente de classe, para isso faz-se necessária uma formação mínima sobre educação especial que ofereça oportunidades de qualidade para a aprendizagem de seus alunos.

A Faculdade de Educação modifica sua grade conforme surgem novos conceitos na sociedade e exigências legislativas. O mesmo deve ocorrer com os professores, que devem após a graduação continuar os seus estudos, especializando-se em uma determinada área e aprendendo sobre outras dificuldades dos educandos.

Este trabalho contribuiu para demonstrar uma nova concepção a respeito das pessoas com deficiências e entender a necessidade de adequações na formação dos professores, para que estes estejam mais preparados para educar a todos, compreendendo que a deficiência é apenas um das dificuldades que enfrentarão na vida profissional.

Referências

ABRANCHES, C. (org); Archer, M. R. [et al.]. *Inclusão dá trabalho*. Belo Horizonte: Armazém de idéias, 2000.

ALMEIDA, M. A. *Formação do professor para a educação especial: história, legislação e competências*. IN: Revista Educação Especial, nº24, p.23- 31, Santa Maria, 2004.

AMARAL, L. *Pensar a diferença/ deficiência*. Brasília: CORDE, 1994.

BENISTERRO, R. H.; Junior, K. S. *A formação continuada de educadores e as TIC na profissionalização de pessoas com deficiência visual*. IN: Revista Educação Especial, nº25, p.85-96, Santa Maria, 2005.

BUENO, J. G. S. *A educação especial nas universidades brasileiras*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação especial, 2002.

_____. *Educação especial brasileira: a integração/ segregação do aluno diferente*. São Paulo, 1991.

CONANT, J. *Ciência e senso comum: cientista e educador de fama universal explica os processos da ciência*. São Paulo: Editora Cassico- Científica, 1958.

DINIZ, D. *O que é deficiência*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DOMINGUES, T. L. C.; CAVALLI, M. R. *Inclusão escolar, subjetividade e docência*. IN: Revista Educação Especial, nº28, p. 307-316, Santa Maria. 2006.

DUTRA, C. P.; GRIBOSKI, C. M. *Gestão para a inclusão*. IN: Revista Educação Especial, nº26, p. 9- 16, Santa Maria, 2005.

EIDELWEIN, M. P. *Pedagogia universitária voltada à formação de professores na temática da inclusão*. IN: Revista Educação Especial, nº26, p.91- 97, Santa Maria. 2005.

EIZIRIK, M. F. *O cuidado com a diferença*. IN: Revista Educação Especial, nº30, p.135-146, Santa Maria, 2007.

FÉTIZON, B. A. M. *Educar professores? (Um questionamento dos cursos de licenciatura da Universidade de São Paulo)*. Estudos e documentos Publicações da faculdade de educação. Universidade de São Paulo. Vol.24, 1984.

FREGOLENE, G. *Centro de educação especial "Egydio Pedreschi": condições para criação de um espaço construtivista de educação*. Tese de mestrado da Unicamp, 1997.

GABRILLI, M. *Manual de convivência- pessoas com deficiência e mobilidade reduzida*.

KASSAR, M. C. M. *Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

MOURA, L. C. M. *A deficiência nossa de cada dia - de cotidiano a super-herói*. São paulo: Inglu, 1992.

_____. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?*. São Paulo: Moderna, 2003.

MANZINI, E. J. *Inclusão e acessibilidade*. Marília: Unesp, 2006.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Ministério da Educação. *Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos / Coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha*. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, vol. 4, 2003.

Ministério da Educação. *Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos / Coordenação geral: SEESP/MEC ; organização: Maria Salete Fábio Aranha*. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, vol. 5, 2003.

Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial / Departamento de Política da Educação Especial / Coordenação Geral de Articulação da Política de Inclusão. *Direito à educação. Necessidades educacionais especiais: subsídios para a atuação do Ministério Público Brasileiro*. Brasília: MEC, 1995.

Ministério da Saúde. *Capacitação para comitês de ética em pesquisa / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia*. Brasília, D.F. : Ministério da Saúde, 2006.

NASCIMENTO, C. T.; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA, V. F. *A satisfação profissional, as relações interpessoais e a auto-estima do professor*. IN: Revista Educação Especial, nº29, p. 107-118, 2007.

NÓVOA, A. (org) *Profissão professor*. Coleção ciências da educação. Porto editora. 2º edição, 2000.

OMOTE, S. *Deficiência e não-deficiência: recortes do mesmo tecido*. IN: Revista Brasileira de Educação Especial, n°2, v.I, p.65- 73, 1994.

_____. *Inclusão e a questão das diferenças na educação*. IN: Perspectiva, v. 24, n° especial. Florianópolis, p.251- 272, 2006.

OSÓRIO, Antônio e OSÓRIO, Alda *O direito a educação: os desafios da diversidade social*. IN: Revista Educação Especial, n°24, p. 9-22, Santa Maria, 2004.

PÉREZ, S. G. P. G. P. B.; STOBAUS, C. D. *Alberto: um professor do ensino regular e seu 'algo mais' para atender alunos com altas habilidades/ superdotação*. IN: Revista Educação Especial, n°25, p. 73-84, Santa Maria.

PLATT, A. *O paradigma inclusivo das políticas educacionais e o paradigma excludente das políticas econômicas nos anos 90: o constructo sócio conceitual da normalidade\ anormalidade (ou adequação social)*. Tese de doutorado, FE\ Unicamp, Campinas, 2004.

RAMPELOTTO, E. M. A. *A invenção da educação especial*. IN: Revista Educação Especial, n°24, p. 53-61, Santa Maria, 2004.

RESTREPO, L. C. *O direito à ternura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SANCHES, I. R. *Professores de educação especial: Da formação as práticas educativas*. Porto: Porto, 1995.

SERBINO, R. V. (org.), RIBEIRO, R. (org) [et al.]. *Formação de professores*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SILVA, F. C. T. *Escola inclusiva: a educação especial em foco*. IN: Revista Educação especial, n° 23, p.25-33, 2004.

VIANNA, H. *Pesquisa em educação: a observação*. Série Pesquisa em Educação, vol. 5. Brasília: Plano Editora, 2003.

Referências eletrônicas

AMBROSIO, U. *Educação matemática- da teoria a prática*. Editora: Papyrus, 16ª edição, 2003. Site:
<http://books.google.com.br/books?id=NkGnY25OShcC&pg=PA84&lpg=PA84&dq=%E2%80%9CNingu%C3%A9m+poder%C3%A1+ser+um+bom+professor+sem+dedicar%C3%A7%C3%A3o,+sem+preocupa%C3%A7%C3%A3o+com+o+pr%C3%B3ximo,+sem+amor+num+sentido+amplo.+O+professor+passa+aquilo+que+ningu%C3%A9m>

+pode+tirar+de+algu%C3%A9m,+que+%C3%A9+conhecimento.+Conhecimento+s%C3%B3+pode+ser+passado+adiante+por+meio+de+uma+do%C3%A7%C3%A3o+(...)+porque+ele+quer+ensinar+tudo+(...&source=bl&ots=WwxW5hpoKm&sig=EVUVok00zJc2AxOPegpAccbUC3Q&hl=ptBR&ei=WoA6StyhJNTBtwearczXDA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1. Acesso em 18/06/09

Declaração da Salamanca. Site:

<http://www.smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-educar/educacao-especial/documentos/declaracao%20de%20salamanca.pdf>. Acesso em: 08/07/08.

GUGEL, M. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID). Site: http://www.ampid.org.br/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em 12/03/09

LAPLANE, A. Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra. *Educação & Sociedade*. vol.27, n.96, p. 689-715, 2006. Acesso em: 11/11/08 ao site: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302006000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

MANSINI, E. A educação do portador de deficiência visual-as perspectivas do vidente e não vidente. Brasília, ano 13, n.60, out./dez. 1993 Site: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/888/795>. Acesso em: 16/09/08.

MEDEIROS, M. e DINIZ, D. A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento. Site: <http://www.fraterbrasil.org.br/A%20nova%20maneira.htm>. Acesso em: 03/11/08.

SANTOS, W.; GAUCHE, R. [et al.] Formação de professores: uma proposta de pesquisa a partir da reflexão sobre a prática docente. *Ensaio-pesquisa em educação em ciências*, vol.8, nº1, 2006. Site: http://www.fae.ufmg.br/ensaio/v8_n1/formacao_professores.pdf. Acesso em 10/08/08.

SOUZA, A. [et al.]. Níveis do planejamento educacional. IN: Planejamento e trabalho coletivo. Caderno 2, Coleção Gestão e Avaliação da Escola pública. Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2005. Site: http://moodle3.mec.gov.br/ufam/file.php/1/Biblioteca_Geral_do_Curso/educacao_texto1.pdf. Acesso 21/04/09

SCHEWINSKY, S. R. A barbárie do preconceito contra o deficiente – todos somos vítimas. 2004. Site: http://www.actafisiatrica.org.br/v1%5Ccontrole/secure/Arquivos/AnexosArtigos/A87FF679A2F3E71D9181A67B7542122C/artigo%2001%20acta_v11_n01.pdf. Acesso em 31/01/09.

Anexos

Anexo 1

Questionário 1

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

Questionário sobre a formação dos professores na educação especial

Essa pesquisa de trabalho de conclusão de curso, da Faculdade de Educação (FE), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), contém um questionário com indagações que deverão ser respondidas de acordo com os conhecimentos, saberes e vivências dos alunos.

As respostas serão confidenciais e para que a pesquisa obtenha resultado válido, peço um comprometimento de cada pessoa, não sendo obrigatório o preenchimento de todas as questões.

Este questionário tem como objetivo estudar a formação dos professores na área de educação especial, um campo da educação que vem se destacando para oferecer um ensino a todos e de qualidade.

Dados pessoais:

Idade: _____

Sexo: () feminino () masculino

Curso: _____

Semestre: _____

Trabalha no ensino formal: ()sim ()não

Quanto tempo: _____

Possui algum grau de proximidade com pessoas deficientes:

() Não tem () Vizinhos

() Família () Lugar de trabalho

() Amigos

Caso sua resposta seja afirmativa, explicita o tipo de deficiência dessas pessoas próximas: _____

Questões:

1- Como base nas suas experiências, com o seu grau de aproximação de deficientes, o que significa ser especial?

2- Como base nas suas experiências, informações, o que significa deficiência?

3- Quais são as suas expectativas em relação à disciplina “Fundamentos da Educação Especial”?

4- Qual a importância dessa disciplina para o educador?

Anexo 2

Questionário 2

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

Questionário sobre a formação dos professores na educação especial

Essa pesquisa de trabalho de conclusão de curso, da Faculdade de Educação (FE), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), contém um questionário com indagações que deveram ser respondidas de acordo com os conhecimentos, saberes e vivências dos alunos.

As respostas serão confidenciais e para que a pesquisa obtenha resultado válido, peço um comprometimento de cada pessoa, não sendo obrigatório o preenchimento de todas as questões.

Este questionário tem como objetivo estudar a formação dos professores na área de educação especial, um campo da educação que vem se destacando para oferecer um ensino a todos e de qualidade.

Dados pessoais:

Idade: _____

Sexo: () feminino () masculino

Curso: _____

Semestre: _____

Trabalha no ensino formal: () sim () não

Quanto tempo: _____

Possui algum grau de proximidade com pessoas deficientes:

() Não tem () Vizinhos

() Família () Lugar de trabalho

() Amigos

Questões:

1- Como base nas suas experiências, com o seu grau de aproximação de deficiência e com a disciplina de “Fundamentos da Educação Especial”, o que significa ser especial?

2- Como base nas suas experiências, informações obtidas e através da disciplina educação especial, o que significa deficiência?

3- Em relação à disciplina “Fundamentos da Educação Especial” suas expectativas foram alcançadas?

4- Qual a importância desse curso, “Fundamentos da Educação Especial” para o educador? Deve ser obrigatório uma disciplina de educação especial em um curso de Pedagogia?

Anexo 3

Entrevista com uma das coordenadoras do curso de Pedagogia.

Entrevistadora- Do ponto de vista da coordenação do curso, quais os sentidos mais significativos dos conceitos de “deficiência”, “educação especial”, “inclusão”, entendendo estas como palavras chaves, que definem esse universo curricular na formação do pedagogo?

Coordenadora- Então você fala da deficiência, a deficiência ela está posta a partir de um olhar de escola e de um olhar de sociedade, porque o que pode ser deficiente para um determinado agrupamento humano, pode não ser para o outro, não é, mas a escola como ela trabalha, ela é uma escola que trabalha numa sociedade capitalista que recebe crianças oriundas de uma mesma organização familiar, basicamente uma mesma organização familiar, ela tem que se preocupar com o cuidado com essas crianças. Evidentemente que a escola nem sempre faz isso muito bem, algumas sabem fazer isso melhor do que outras. Alias, nós temos uma dificuldade muito grande atualmente quando todas as crianças com determinados tipos de deficiência ou de necessidades especiais é, ingressam na escola sem que a escola tenha sido preparada para isso. Então não se trata do preconceito da criança dentro da escola, mas da falta de uma política pública que trabalhe não só os professores, mais que trabalhe todos os sujeitos, os elementos da escola como, professores, funcionários, os gestores, as famílias e a própria criança para que ela possa ser muito bem recebida nesse ambiente escolar. Como isso não aconteceu, nós tivemos o que, uma inclusão, entre aspas, é invasiva, obrigatória da criança com essas necessidades dentro da escola, (...) não foi bem feita essa introdução da criança lá, e ela sente muito isso, a família sente e cobra, alguns professores mais bem intencionados vão, independentemente, por conta própria procurar estudar para saber como receber um pouco melhor essa criança, mas não como uma política que faça um trabalho bem interessante para essa criança estar de fato inserida naquele local, que a escola é o melhor lugar para essas crianças estarem eu não tenho a menor dúvida porque é um lado extremamente positivo que é o lado das relações humanas, do aprender com o outro, brincar, estudar também, então é muito rico que essas crianças estejam todas juntas, mas o passo anterior para essa fase excelente seriam professores, gestores, pais, funcionários estarem muito bem preparados, e estar preparados não significa ir para uma pequena reunião onde se diz, olhe você fale desse jeito “bom dia”, ou desse jeito “boa tarde”, não é isso, é ,muito mais do que isso, é você estudar, quais são, qual é, quais são as necessidades daquela criança, qual é a patologia, como ela pode ser melhor tratada, como ela irá reagir mais positivamente de acordo com uma ação de alguém da escola, então todo esse trabalho preliminar tinha que ter sido feito pelas políticas públicas, uma boa formação de gestores e professores na escola, não foi. O que aconteceu? Nós vimos crianças sendo colocadas automaticamente dentro da escola, professores negando a presença dessas crianças, recebendo-as obrigatoriamente, os colegas (...) num bom senso, as vezes usando até o senso comum para brincar igual brincam com o outro; as famílias sentindo-se muito mal, porque mesmo não tendo outro lugar para colocar a criança a levam para essa escola, mesmo sabendo que aquele lugar não é o lugar mais bem equipado e preparado para recebê-la. Então nós tivemos uma imposição muito grave e mal gestada, mal organizada, e felizmente o ser humano, ele é adaptável, então eu penso que devagarzinho a escola vai aprendendo que ela precisa procurar suas próprias alternativas para melhorar o ambiente daquela criança. Esse, essa, é esse é um um lado da sua pergunta.

Entrevistadora- Bom mais a senhora acredita que a Unicamp entende a educação especial, só visando esses portadores de necessidades especiais?

Coordenadora- Não, não, eu penso que a educação especial ela é... depende de como você estiver olhando (...). é preciso definir o que vocês estão chamando como educação especial, nós estamos chamando como educação especial a educação a ser dada pra aquelas crianças especiais com necessidades especiais que entram para a escola ou educação especial é um novo modelo curricular que possa aperfeiçoar a educação do país, porque nós podemos falar da educação especial nesse aspecto também, então é preciso recolocar a perguntar para que a resposta possa ser dada como você gostaria de pesquisá-la.

Entrevistadora- Bom ai a segunda pergunta é assim, quais as just..

Coordenadora- Não eu acho que seria legal a gente voltar na primeira. Por que, que você está esperando com educação especial, no currículo da pedagogia com a sua pergunta?

Entrevistadora- Então pelo o que eu observei e o que eu esperava, então é que até eu entrar na disciplina de educação especial era só os portadores de necessidades especiais e ai eu sai com outra visão, que não, que todo mundo têm suas dificuldades e a gente tem que respeitar. Mas nos questionários que eu analisei as pessoas queriam que falasse mais sobre as deficiências sabe e elas, algumas entendem que todo mundo tem deficiências outras não, mas elas saíram quase que a maioria com a mesma idéia de que deficiente é só quem é portador de necessidades especiais.

Coordenadora- Eu penso que, por exemplo, tem uma questão muito interessante quando ele diz assim, que cada criança tem a sua necessidade e ela pode ser especial, e se o professor não conseguir compreender isso ele vai ter um modelo de ensino absolutamente impróprio pra aquele grupo quando nos falamos que cada sala é uma sala, cada grupo de criança é um grupo nos estamos falando que cada criança tem um tempo, é um tempo de aprender, é um ritmo de aprendizado, só que a escola capitalista não compreende isso, ela coloca o tempo em quarenta minutos de aula, ou em duas horas e meia de aula por dia e ela coloca, organiza a sua grade em tantas aulas por dia, cinco aulas no caso do ensino médio, por exemplo, ou segunda fase do ensino fundamental, tantas, cinco aulas e quarenta minutos, três aulas em cinquenta minutos. E pior, recorta isso em bimestres, e pior, recorta em semestres, e pior, recorta isso em ano letivo. Aprendeu aprendeu, não aprendeu, não aprendeu. Cada um tem uma saída, uns ficam reprovados outros são aprovados sem ter nenhum conhecimento do que deveriam ter. Então o que é você ter uma educação para cada um? É aquela educação que possa se respeitar o ritmo de cada criança, de cada adolescente, o tempo que ele precisa para aprender, porque todos, as pessoas são diferentes, não são todas elas que podem aprender no mesmo tempo. Talvez você precise de duas semanas pra aprender equação é do segundo grau e o seu companheiro do lado precise de uma semana só. E vocês são especiais? São, porque cada um tem um tempo, mas vocês têm alguma deficiência? Não porque ambos aprendem. Quando eu respeito o tempo de cada um, o ritmo de cada um eu posso chegar no mesmo lugar com todos. Agora a nossa escola, lamentavelmente, não tem esse formato, um formato que respeite essa diferença. Então crianças especiais não são só aquelas que tem necessidades especiais patológicas, são aquelas que tem necessidades de um tempo e de um ritmo diferente pra aprender. E aprendem.

Entrevistadora- Quais as justificativas institucionais com relação a inclusão dessa problemática (educação especial) na formação do pedagogo?

Coordenadora- É porque nos precisamos atender a uma escola que não sabe lidar de outra maneira com essas necessidades, então se você não tiver um professor, minimamente formado, para enfrentar esse problema, o que ele vai fazer? Ele entra na escola num dia, no dia seguinte ele vai embora. Porque ele não saber nem sequer que essa problemática mora dentro da escola. Então é muito importante formar o professor pra que ele compreenda, ele debata, ele reflita essas questões que são questões postas cotidianamente dentro da escola. E quando o currículo da faculdade começa a pensar em mudar isso também, me parece uma proposta interessante para uma formação dos nossos estudantes, é mais apropriadas à realidade que eles encontraram nas escolas públicas brasileiras.

Entrevistadora- Mas, a senhora, é porque é assim, é até 2007 tinha só essa disciplina, que é educação especial, “fundamentos da educação especial” e aí em 2008 entra com duas disciplinas, “educação especial e inclusão”, e a “educação de surdos e línguas de sinais”. Você acha que esse aumento disso tudo, relacionado a educação especial, foi porque a faculdade percebeu a importância de se trabalhar com esse lado, ou foi só porque saiu uma lei que exige.

Coordenadora- Acho que as duas coisas, não dá pra gente dizer que não é, que que o a construção de um currículo não tenha um caráter político, ele tem. Então quando nós fizemos para essa reformulação de curso, nós fizemos pelo menos dez assembleias abertas com toda a faculdade de educação. Nelas, todo o tipo de discussão apareceu, então são forças mesmo, grupos que defendem uma visão, e grupos que defendem outra visão, e um terceiro grupo que defende uma outra visão. Isso é sadio, importante, muito melhor do que alguém lá de cima colocar no currículo e falar: “todo mundo vai obedecer esse currículo e pronto. Ele tá pronto e acabado, não se discute”. Então claro que pra construir o currículo da pedagogia foram feitos muito, muitos acordos, e quando eu falo acordo, eu não to falando acordo num mal sentido, de acertos pra agradar um, acertos pra agradar outro, não é isso, mas foram feitos acordos de é tal maneira que os grupos pudesse minimamente se sentir contemplados. Agora o currículo, ele está pronto? Claro que não. Ele mudará daqui a algum tempo? Claro que mudará. E ainda bem que mudará. Você imagina pensar num currículo para Unicamp para o curso de pedagogia que vá durar cem anos, isso é péssimo. Porque pessoas vão mudar, a sociedade vai mudar. Então nós precisamos sim de um currículo que seja dinâmico, claro ele não é um uma cocha de retalhos que ano a ano mude, mas ele vai precisar sempre de ajustes vislumbrando uma melhoria e toda uma qualidade do currículo como um todo.

Então se você me diz assim, é bom ter entrado libras? É claro que é bom. É bom se tivesse entrado outras, outras áreas de conhecimento relacionadas a essas necessidades, claro que seria bom. (...) você imagina, é como na escola, quando a gente diz: “não seria legal ter tantas disciplinas oito horas por dia, dez horas por dia de aula?” Claro que seria só que não cabe na escola que nós temos, infelizmente. Não é? Então o currículo de pedagogia é a mesma coisa, ele tem um limitador. Que ele ainda que nesse novo currículo, nós tivemos quatro anos no diurno, já era, mas só que período integral, e no noturno nos tivemos um ano a mais. Então o noturno hoje, na Unicamp, é um curso de cinco anos. Coisa rara no Brasil. Nós somos na contramão de tudo aquilo que a gente

tem visto ser implantado em universidades públicas e especialmente nas privadas, que é a redução, quase absurda, de cursos de pedagogias em três anos. Nós estamos vendo muito isso. Então quando nós abrimos esse leque, outras possibilidades vão entrando. Todas que deviam? Não. Falta alguma coisa? Claro que falta. Mas foi o possível pra aquele momento político.

Entrevistadora- E voltando um um pouquinho no tempo, na questão de habilitação que tinha só pra educação especial, a senhora acha que hoje não seria interessante a gente voltar?

Coordenadora- É eu acho que as habilitações, elas fragmentavam muito o currículo, elas já estão superadas, felizmente não é. Porque nos tínhamos um sujeito habilitado em uma determinada, num determinado campo, por exemplo, na administração que não tinha a menor idéia do que era a docência, o docente sem a idéia do que era o gestor. Então essa habilitação acabava fragmentando muito a formação de um professor que tem que ser uma formação ampla, ele tem que saber, agir e transitar em toda a escola, em todos os espaços formativos da escola, e não só em um. Então, eu penso que as habilitações nesse sentido elas estão superadas, não significa que o profissional da educação não tenha que estudar todos os campos apresentados e existentes no que era a antiga, as antigas habilitações.

Entrevistadora- Qual o motivo do enfoque da Unicamp em deficiência mental, quando havia habilitações e até o currículo de 2005 ser com deficientes mentais e hoje ser com deficientes auditivos?

Coordenadora- É um pouco daquilo que eu já respondi para você, naquele momento foi uma necessidade posta, nós temos inclusive uma lei federal que diz que todas as faculdades precisam ter então essa não foi uma invenção da Unicamp, foi uma invenção do país e o currículo da Unicamp segue isso, então se você quiser tem lá a Deliberação na nossa secretaria que pode ser, que você pode olhar, estudar, verificar, (...) houveram inúmeros encontros, acordos, conversas e isso fica deliberado para todas as universidades, no caso das universidades públicas podia ser uma opção de uma ou de outra mas a Unicamp opta por ela, entendeu?

Entrevistadora- Entre uma e outra o que? Deficiente mental e...?

Coordenadora- Ah ah.. o de Libras.

Entrevistadora- Agora entendi... a Unicamp optou pelo deficiente mental.

Coordenadora- É porque era obrigatório.

Entrevistadora- Então espera ai... mas a lei...

Coordenadora- Obriga o ensino de *Libras* na universidade, no curso de formação de professores.

Entrevistadora- Ah, mas isso atualmente?

Coordenadora- Atualmente.

Entrevistadora- A tá, e lá trás, foi?

Coordenadora- Não tinha *Libras*, lá trás. *Libras* é agora, é recente, a implantação de *Libras* no curso da Unicamp é recente.

Entrevistadora- É que eu tinha entendido que a deficiência lá trás foi imposta por uma lei, por isso que a Unicamp deu esse enfoque.

Coordenadora- Eu não sei lhe dizer se havia uma lei que obrigava ter uma, eu penso que sim, porque na composição dos currículos nós vamos tendo os acordos de quais as disciplinas que precisam ser compostas, nós podemos até verificar o número, se havia essa lei, se era só uma deliberação ou se foi uma orientação do próprio MEC. (...). Agora o de *Libras* não, o de *Libras* é bem recente e uma obrigatoriedade.

Entrevistadora- Quais as justificativas para a mudança curricular entre as disciplinas...eu acho que ai já respondeu né que é o fundamento da educação especial e as novas, é por causa da lei. Quais os critérios da localização dessas disciplinas no último semestre, tanto ah...

Entrevistadora- Que ambas são oferecidas sempre no penúltimo semestre.

Coordenadora- Tratar com a localização das disciplinas no semestre também é um grande acordo político que se faz junto aos docentes. Então eu me lembro que (um determinado professor) que participa dessas assembléias ele deve se lembrar bem, quando as pessoas diziam,“Fundamentos” tem que ficar aqui no primeiro semestre, não pode no segundo. O estágio tem que começar desde o primeiro semestre, o estágio não, o estágio tem que ser depois da segunda metade do curso, não, estágio não pode ser no último. Olha isso foi uma discussão imensa (...) e as discussões levam a que, a adesões de determinadas posturas, e quando nós abrimos a possibilidade de termos a discussão do currículo pública, democrática e discutida e votada por todos, nós assumimos também que, a maioria é que vence. Então o que nós tivemos, essas, a localização dessas disciplinas onde elas estão não foi de forma alguma uma imposição, nem da Faculdade de Educação, nem da Unicamp, nem da coordenação de pedagogia, ela foi resultado de todas as assembléias que nós fizemos, onde as pessoas decidiam conjuntamente onde essas disciplinas iam ser locadas. Sabe como acontecia? Era assim, tinha lá, no salão nobre, nós colocávamos um... como é que chama... um modelo de grade, ai cada um ia dizendo olha, se a gente fizer isso, tem um fundamento aqui, e tem uma discussão, claro, não era só assim de brincar de quero, quero que tenha ou um joguinho de quebra cabeça, de forma alguma, tinha toda uma discussão teórica, tinha uns argumentos eram fortes e ai o que acontecia, havia a sugestão. Então estamos sugerindo isso, que que acha o pessoal, todo mundo, vamos fazer essa sugestão (a coordenação), nós remontávamos de acordo com a sugestão, e íamos de novo para lá, pro dia seguinte na reunião apresentar, não olha, isso aqui ainda não está bom. Esse estudo precisaria ser antecedido desse, ai remontávamos de novo, então nós fizemos isso em inúmeros momentos, e esse resultado definitivamente, ele pode não ter sido o mais democrático da Faculdade de Educação, mas eu posso garantir que se não foi o mais, foi um dos mais democráticos. Porque todo mundo que participou só não sabe disso, pessoas que não participaram do processo, porque ele foi público, aberto, super

forte e foi muito interessante, foi muito construtivo para todos nós, mas ele é resultado da Faculdade de Educação e do desejo das pessoas que participaram do processo (...).

Entrevistadora- A senhora comentou de estágio, já surgiu alguma vez a questão de estágio na educação especial com portadores de necessidades especiais ou nunca surgiu a idéia?

Coordenadora- A idéia surge, sempre tem alguém que coloca, que na verdade quando o estágio acontece nessa nova política de estarem as crianças inseridas no grupo das demais nas salas de aula quando o estagiário vai para a escola ele as encontra lá, então as vezes eles trabalham, os estagiários trabalham, com uma ou outra criança, as vezes o professor que está na sala, não pede que o estagiário trabalhe só com aquela criança, então isso depende muito de como se organiza o estágio. Eu, por exemplo, que trabalho com estagiários é vejo muito isso, eles chegam e dizem na minha sala tem tantas crianças com necessidades especiais. Então não há a idéia de você fazer um estágio só para isso, porque senão o que teríamos que fazer, você chega na classe “A”, e você fala assim: “João, Maria, Luiza vem aqui”. Agora para o trabalho com o estagiário, quer dizer, pior, do que você deixá-los lá inseridos que essa é a proposta, que eles sejam inseridos.

Entrevistadora- Eu estava pensando em por exemplo, em ir num local com portadores de necessidades especiais e (...)

Coordenadora- Não há nada contrário, não há nada que impeça. Depende muito do projeto que o professor faça com o aluno, não há nenhum fator impeditivo, porque os estágios eles acontecem em espaços escolares e não escolares, na formação de professores, nós não podemos deixar de passar pela escola, então nós podemos sim ter professores e alunos interessados em estagiar em salas onde tenham estas crianças, não há nenhum impeditivo para isso.

Entrevistadora- É o que a senhora falou mesmo, na sala já tem o processo de inclusão, é que eu nunca pensei assim.

Coordenadora- Sei, sei.

Entrevistadora- É só isso. Muito obrigada.